



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
CÂMPUS UNIVERSITÁRIO DE MIRACEMA
CURSO DE PEDAGOGIA**

GENILSON SILVA SANTIAGO

**SEXUALIDADE: UMA DISCUSSÃO NECESSÁRIA NA SOCIEDADE E NA
ESCOLA**

**MIRACEMA DO TOCANTINS – TO
2019**

GENILSON SILVA SANTIAGO

SEXUALIDADE: UMA DISCUSSÃO NECESSÁRIA NA SOCIEDADE E NA ESCOLA

Monografia apresentada à UFT –
Universidade Federal do Tocantins -
Campus de Miracema, Curso de
Pedagogia para obtenção do título de
graduado em Licenciatura em Pedagogia,
sob orientação da Prof^a. Dr^a. Viviane
Drumond.

MIRACEMA DO TOCANTINS – TO

2019

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Tocantins

S235s Santiago , Genilson Silva .

Sexualidade: uma discussão necessária na sociedade e na escola . / Genilson Silva Santiago . – Miracema, TO, 2019.

60 f.

Monografia Graduação - Universidade Federal do Tocantins –
Câmpus Universitário de Miracema - Curso de Pedagogia, 2019.

Orientadora : Viviane Drumond

1. Sexualidade. 2. Homofobia. 3. Educação sexual. 4. Currículo. I.
Título

CDD 370

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – A reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio deste documento é autorizado desde que citada a fonte. A violação dos direitos do autor (Lei nº 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.

Elaborado pelo sistema de geração automática de ficha catalográfica da UFT com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

GENILSON SILVA SANTIAGO

SEXUALIDADE: UMA DISCUSSÃO NECESSÁRIA NA SOCIEDADE E NA ESCOLA

Monografia foi avaliada e apresentada à UFT – Universidade Federal do Tocantins – Câmpus de Miracema, Curso de Pedagogia, para obtenção do título de Licenciada e aprovada em sua forma final pela Orientadora e pela Banca Examinadora.

Data de Aprovação 12/12/2019.

Banca Examinadora:



Prof. Dr.^a Viviane Drumond, Orientadora, UFT



Prof. Dr.^a Cristina Vianna Moreira dos Santos, Examinadora, UFT



Prof. Esp. Rutiléia Carvalho Xavier Pinho, Examinadora, TO

Dedico esta monografia a comunidade LGBTQ+ pela luta diária contra o preconceito e por seus direitos. Por uma educação sexual nas escolas e pelo respeito à diversidade sexual.

AGRADECIMENTOS

A Deus pela força e saúde para superar todas as dificuldades nessa longa jornada de estudos.

A minha mãe Agostinha, por todo apoio em nunca me deixar desistir do curso, me incentivando nas horas mais difíceis, de desânimo e cansaço. Obrigado mãe por sempre acreditar na minha capacidade, obrigado pelo seu amor.

Ao meu pai (in memoriam), que sempre me apoiou nos estudos e onde estiver estará orgulhoso pela minha conquista.

A minha irmã Deusivania por sempre me ajudar quando solicitei seu apoio e aos meus demais irmãos pelo incentivo nessa caminhada de aprendizado.

Aos meus amigos, companheiros de trabalhos, que fizeram parte da minha formação e estiveram presentes todos os dias juntos nessa caminhada, que vão continuar presentes na minha vida para sempre. Amizades essas pelas quais sou grato e sempre serei.

A Universidade Federal do Tocantins – Campus de Miracema, pela oportunidade de fazer o curso e ter um futuro com mais possibilidades de realizações profissionais e pessoais.

Aos professores do curso de Pedagogia, que foram tão importantes para minha vida acadêmica, pelos ensinamentos, conselhos e incentivos, tenho certeza que serei um ótimo profissional.

Em especial a minha Orientadora Prof. (a) Dr.(a) Viviane Drumond pelo empenho, dedicação, pelas suas correções, incentivos e apoio na elaboração deste trabalho de grande importância para mim, gratidão.

A todos que direta ou indiretamente fizeram parte da minha formação acadêmica.

Obrigado a todos.

RESUMO

O presente trabalho tem como finalidade discutir a respeito da sexualidade e ressaltar a importância da educação sexual na família e na escola, assim como no currículo escolar. Com o intuito de trazer esclarecimentos e informações, são abordados os seguintes conceitos: sexualidade, relações de gênero, identidade de gênero, orientação sexual, diversidade sexual, homofobia, direitos LGBTQ+. O estudo foi realizado a partir de uma pesquisa bibliográfica, com base em autores e pesquisadores que discutem a temática da sexualidade, além de uma leitura atenta e reflexiva de documentos que orientam sobre o trabalho com a educação sexual na escola e o combate à homofobia na sociedade. Falar sobre sexualidade ainda é um tabu em nossa sociedade que precisa acompanhar as mudanças do mundo e não deixar um tema tão importante como esse ficar escondido, precisa ser explorado e conhecido. Nesse caminho a diversidade sexual ganha espaço. Ter uma orientação sexual diferente da heteronormativa sempre é motivo de julgamentos e preconceitos e as pessoas acabam sendo vítimas de agressões físicas, verbais ou até assassinadas. A homofobia é uma prática reprovável e precisa ser um assunto trabalhado em casa e no ambiente escolar, para que crianças e adolescentes saibam respeitar e conviver com as diferentes formas de sexualidade. A garantia de direitos para a população LGBTQ+ é fundamental para que possamos viver em um mundo mais seguro e respeitoso. A escola é um ambiente onde todo tipo de conhecimento é trabalhado, com a educação sexual não pode ser diferente, ela deve fazer parte do currículo escolar. Assim, cabe a escola trazer as informações e orientações relacionadas a sexualidade e atuar no combate a homofobia, primando por uma sociedade mais justa e humana.

Palavras-chaves: Sexualidade. Homofobia. Educação sexual. Currículo.

RESUMEN

Este documento tiene como objetivo discutir sobre la sexualidad y enfatizar la importancia de la educación sexual en la familia y la escuela, así como en el currículo escolar. Para proporcionar aclaraciones e información, se abordan los siguientes conceptos: sexualidad, relaciones de género, identidad de género, orientación sexual, diversidad sexual, homofobia, derechos LGBTQ +. El estudio se realizó a partir de una investigación bibliográfica, basada en autores e investigadores que discuten el tema de la sexualidad, así como una lectura cuidadosa y reflexiva de documentos que guían el trabajo con la educación sexual en la escuela y la lucha contra la homofobia en sociedad. Hablar de sexualidad sigue siendo un tabú en nuestra sociedad que necesita mantenerse al día con el mundo cambiante y no dejar que se oculte un tema tan importante, necesita ser explorado y conocido. De esta manera, la diversidad sexual gana espacio. Tener una orientación sexual diferente de la heteronormativa es siempre un motivo de juicio y prejuicio y las personas terminan siendo víctimas de agresión física, verbal o incluso asesinada. La homofobia es una práctica reprensible y debe ser un tema que se trabaje en el hogar y en el entorno escolar, para que los niños y adolescentes puedan respetar y vivir con diferentes formas de sexualidad. Asegurar los derechos de la población LGBTQ + es fundamental para que podamos vivir en un mundo más seguro y respetuoso. La escuela es un ambiente donde se trabaja todo tipo de conocimiento, con educación sexual no puede ser diferente, debe ser parte del currículo escolar. Por lo tanto, corresponde a la escuela traer información y orientación relacionada con la sexualidad y actuar en la lucha contra la homofobia, luchando por una sociedad más justa y humana.

Palabras-clave: Sexualidad. Homofobia. Educación sexual. Currículum.

SUMÁRIO

| | |
|---|-----------|
| 1 INTRODUÇÃO | 09 |
| 2 CONHECENDO A SEXUALIDADE E A DIVERSIDADE SEXUAL..... | 13 |
| 2.1 Sexualidade | 13 |
| 2.2 Gênero | 18 |
| 2.3 Identidade de Gênero | 20 |
| 2.4 Orientação sexual | 22 |
| 2.5 Diversidade sexual | 23 |
| 3 A HOMOFOBIA NA SOCIEDADE E OS DIREITOS HUMANOS | 25 |
| 3.1 Conceituando a Homofobia | 25 |
| 3.2 Direitos e conquistas LGBTQ+ | 30 |
| 4 EDUCAÇÃO SEXUAL: CONCEPÇÕES E PRÁTICAS NA FAMÍLIA E NA ESCOLA | 35 |
| 4.1 Educação sexual na família | 36 |
| 4.2 Educação sexual no contexto escolar | 39 |
| 5 DIVERSIDADE SEXUAL E COMBATE A HOMOFOBIA: DISCUSSÃO NECESSÁRIA NO CURRÍCULO ESCOLAR..... | 44 |
| 5.1 A Diversidade Sexual no Currículo Escolar | 44 |
| 5.2 O Combate a Homofobia: Uma discussão necessária na escola | 46 |
| 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS | 52 |
| REFERÊNCIAS | 56 |

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como foco de investigação o tema da sexualidade. Com esse intuito aborda os seguintes conceitos: gênero, identidade de gênero, orientação sexual, diversidade sexual, homofobia, educação sexual na família, na escola e no currículo escolar. É importante que exista essa discussão no meio familiar e escolar, pois nos dias atuais a falta de informação tem sido motivo de preocupação, causando certo desconforto para se debater sobre essas temáticas.

Os conceitos aqui abordados são para levar ao leitor conhecimentos a respeito de assuntos que geralmente são considerados tabus e que sofrem vários tipos de preconceito e discriminação, principalmente se tratando de uma sociedade conservadora, machista e homofóbica, que mesmo com o passar dos tempos não aceita as mudanças que são necessárias para a convivência social. Esses conceitos são importantes para fazer o leitor refletir e entender que existe uma grande diversidade sexual e que o respeito é essencial.

O objetivo desse trabalho é discutir sobre a sexualidade humana e compreender a diversidade sexual presente na sociedade e a importância da educação sexual, tanto na escola quanto na família, como instrumento de combate à homofobia.

A questão norteadora desse trabalho é entender porque discutir conceitos como: sexualidade, gênero, identidade de gênero, orientação sexual, diversidade sexual, homofobia e outros, são considerados tabus na sociedade e até mesmo na escola que tem a função de trazer conhecimento e formar pessoas. Busca ainda compreender como a escola e a família abordam essas temáticas com as crianças e adolescentes, nas práticas educativas e no currículo escolar.

A escolha dessa temática se justifica pela necessidade que a própria sociedade apresenta de discutir cada vez com mais intensidade as questões relacionadas à sexualidade e entender o papel da escola e da família na educação sexual. Existe uma grande necessidade de se trabalhar com crianças e adolescentes sobre a sexualidade, diversidade sexual, educação sexual, homofobia, são assuntos que apenas contribuem para a transformação de uma sociedade, sem preconceitos e em busca do respeito e igualdade.

A disciplina optativa Educação sexual e Formação do educador cursada no 7º período do curso de Pedagogia possibilitou maior aproximação com as discussões

sobre sexualidade e educação sexual na escola e na formação de professores. A partir dos estudos realizados na disciplina foi produzido um artigo denominado Diversidade sexual e Direitos LGBTQ+, e a partir de então optei por dar continuidade aos estudos sobre essa temática no TCC.

A pesquisa desenvolvida foi totalmente de cunho bibliográfico, pois foram analisados vários artigos, livros, documentos que contribuíram para construção dessa monografia. São materiais que ajudaram a ter outra visão com relação aos conceitos abordados e que são importantes para a sociedade, principalmente uma sociedade que nega a diversidade.

A pesquisa foi delineada de maneira que todos possam compreender e entender a sexualidade, gênero, identidade de gênero, diversidade sexual, homofobia e os direitos da comunidade LGBTQ+ (Lésbicas, Gays, Transgênero/Transsexuais, Queer e outros), educação sexual na família e na escola.

Assim, foram utilizados vários teóricos, estudiosos da temática abordada, e de documentos elaborados por órgão governamentais e não-governamentais, com a participação de pessoas sérias e comprometidas com as discussões aqui apresentadas.

As principais referências foram: Michel Foucault (1988), Guacira Louro (2000), Joan Scott (1990), Borrilo (2010), Toni Reis (2018), Gonçalves, Faleiro e Malafaia (2013), Yara Sayão (1997), Rosely Sayão (1997), JESUS et. al., 2008, entre outros autores. Também foram analisados os seguintes documentos: Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais - ABGLT (2010), Parâmetros Curriculares Nacionais – PCNs (1997), Conteúdo para capacitação: conferências conjuntas de direitos humanos (2016), Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948), Brasil sem homofobia: Programa de combate à violência e a discriminação contra GLTB e Promoção da cidadania homossexual (2004), Caderno escola sem homofobia (2011), Constituição Federal (1988).

As discussões apresentadas pelos autores e documentos foram analisados cuidadosamente para esclarecer e evitar dúvidas sobre as temáticas apresentadas neste trabalho. O intuito é que todos tenham uma maior compreensão dos assuntos e temáticas apresentadas, de modo que possa contribuir pra trazer esclarecimentos.

Esta monografia está estruturada em quatro capítulos. O primeiro capítulo do trabalho é apresentado os conceitos que consideramos importantes para discutir a

educação sexual, como: sexualidade, gênero, identidade de gênero (Androginia, Agênero, Binarismo de Gênero, Cisgênero, Crossdresser, Drag Queen, Drag King, Transexual, Transgênero, Travesti, entre outros), orientação sexual (Heterossexual, Homossexual, Lésbica, além do assexual e pansexual). Dessa forma, esse capítulo busca contribuir para uma melhor compreensão e reflexão dos conceitos apresentados, pois muitas pessoas enfrentam diversos tipos de preconceitos e julgamentos da sociedade por causa de sua orientação sexual ou da forma como vivem sua sexualidade.

O segundo capítulo fala a respeito do conceito de homofobia e os direitos da comunidade LGBTQ+. A homofobia é praticada com pessoas homossexuais e quem pratica esse ato é considerado homofóbico. Dessa forma, a homofobia se justifica pela não aceitação do outro como sendo de uma orientação sexual diferente. Já os direitos até agora conquistados é esperança de dias melhores para a comunidade que sempre almejou e lutou para serem respeitados e considerados iguais pela sociedade, mas é apenas o início de uma longa jornada, a luta por mais direitos e igualdade continua e não pode parar jamais.

O terceiro capítulo desta monografia tem o objetivo de mostrar a importância da educação sexual na família e escola bem como são trabalhadas essas questões com os filhos (as) e alunos (as). Esse tema é muito importante, pois é preciso que crianças e adolescentes, recebam orientações sobre sexualidade, que possam conhecer melhor seu próprio corpo e saber cuidar de si próprio e respeitar os outros. É necessário que os pais conversem com seus filhos (as) sobre sexualidade e permitam que a escola possa realizar um trabalho de educação sexual.

O quarto e último capítulo desse trabalho trata da educação sexual no currículo escolar, tendo como pontos principais a diversidade sexual na escola e o combate à homofobia. Esse assunto é essencial para que a escola trabalhe com diversidade sexual e contribua para a construção do respeito às diversidades. O último tópico apresenta e discute o documento “Caderno escola sem homofobia” (2011), que fala a respeito da homofobia e suas consequências na vida das pessoas e como a escola deve atuar no combate as práticas homofóbicas e como a escola trabalha com os (as) alunos (as) esses assuntos. Esse documento foi censurado pelo conservadorismo da sociedade prejudicando a alunos (as), professores (as) e a sociedade.

Contudo, este trabalho buscar trazer ao leitor conhecimentos para que possa compreender a sexualidade e a grande diversidade sexual, além de contribuir para a compreensão da importância da educação sexual na escola e na família, na formação de crianças e adolescentes. É importante que o tema da sexualidade seja cada vez mais discutido e estudado e que tenha como foco o respeito pelo próximo e a convivência social.

2 CONHECENDO A SEXUALIDADE E A DIVERSIDADE SEXUAL

A sexualidade é um dos assuntos que mais incomodam uma sociedade conservadora, pois, falar sobre sexualidade pode ser considerado algo vergonhoso, impróprio ainda mais quando envolve crianças e adolescentes.

O objetivo desse capítulo é entender qual o verdadeiro significado da sexualidade humana e diversidade sexual, a partir de autores que estudam e pesquisam sobre o assunto. São questões que precisam ser conhecidas por toda a sociedade, talvez assim haja mais informação e menos preconceito.

Esse capítulo define conceitos que são de extrema importância para que a sociedade conheça e compreenda melhor as questões que envolvem a sexualidade. Assim, são abordados os seguintes conceitos: Sexualidade, gênero, identidade de gênero, orientação sexual e diversidade sexual.

2.1 Sexualidade

A sexualidade é um termo muitas vezes difícil de entender, pois há vários significados, ou seja, sua definição dificilmente é única e aborda várias outras questões e conceitos, e somente através de estudo e informação se poderá entender melhor o que é sexualidade. Então o que seria a sexualidade? Segundo Santos (2019, p.1) é “uma condição humana que se constrói durante toda sua vida e se inicia desde a infância. Outros fatores também influenciam na sexualidade, como: biológicos, psicológicos, sociais, políticos, culturais, históricos, econômicos e religiosos”.

A Organização Mundial da Saúde destaca o seguinte conceito:

Sexualidade é um aspecto central do ser humano durante toda sua vida e abrange o sexo, as identidades e os papéis de gênero, orientação sexual, erotismo, prazer, intimidade e reprodução. A sexualidade é experimentada e expressada nos pensamentos, nas fantasias, nos desejos, na opinião, nas atitudes, nos valores, nos comportamentos, nas práticas, nos papéis e nos relacionamentos. Embora a sexualidade possa incluir todas estas dimensões, nem todas são sempre experimentadas ou expressadas. A sexualidade é influenciada pela interação de fatores biológicos, psicológicos, sociais, econômicos, políticos, cultural, éticos, legais, históricos, religiosos e espirituais. (ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE, apud AMARAL, 2007, p. 3).

De acordo com Louro (2000, p.5) as pessoas consideram a sexualidade como algo natural do ser humano. Aceitando essa ideia, fica sem sentido argumentar a respeito de sua dimensão social e política ou a respeito de seu caráter construído. A sexualidade seria algo "dado" pela natureza, inerente ao ser humano. Tal concepção usualmente se ancora no corpo e na suposição de que todos vivemos nossos corpos, universalmente, da mesma forma. Dessa forma, a sexualidade tem um caráter histórico e que inclui rituais, linguagens, fantasias, representações, símbolos, convenções, processos totalmente culturais e plurais.

Nessa perspectiva, nada há de exclusivamente "natural" nesse terreno, a começar pela própria concepção de corpo, ou mesmo de natureza. Através de processos culturais, definimos o que é — ou não — natural; produzimos e transformamos a natureza e a biologia e, conseqüentemente, as tornamos históricas. Os corpos ganham sentido socialmente. A inscrição dos gêneros — feminino ou masculino — nos corpos é feita, sempre, no contexto de uma determinada cultura e, portanto, com as marcas dessa cultura. As possibilidades da sexualidade — das formas de expressar os desejos e prazeres — também são sempre socialmente estabelecidas e codificadas. As identidades de gênero e sexuais são, portanto, compostas e definidas por relações sociais, elas são moldadas pelas redes de poder de uma sociedade. (LOURO, 2000, p.06).

Sendo assim, a sexualidade não é apenas uma questão de corpo, mas envolve aspectos históricos, sociais e culturais. E cada indivíduo vivencia uma situação diferente dentro de sua sociedade.

Para Louro (2000), a sexualidade antigamente seria um assunto privado, reservado e destinado à vida adulta. As respostas e as várias questões sobre o assunto dependiam de diversos fatores como: Geração, raça, nacionalidade, religião, classe, e etnia. As transformações realizadas trazem a existência de novas concepções ligadas diretamente sobre a sexualidade, que não é apenas pessoal, é social e política.

O primeiro fato sobre essa questão segundo Louro, (2010, p. 05) é que “A sexualidade não é apenas uma questão pessoal, mas é social e política. Já o segundo fato é que a sexualidade é "aprendida", ou melhor, é construída, ao longo de toda a vida, de muitos modos, por todos os sujeitos”.

Dessa forma, a sexualidade faz parte da nossa qualidade de vida e uma relação sexual saudável, e ainda tudo que sentimentos envolvem nosso corpo, ou seja, não se pode separar a sexualidade do nosso corpo e nem pensar em nosso

corpo sem sexualidade. Desse modo, falar sobre o assunto é muito importante para que se evitem informações erradas, discriminação e vulnerabilidade.

Falar sobre sexualidade ainda é um tabu e muitas pessoas fogem do assunto por vergonha, medo, repressão ou simplesmente por não saber o que é sexualidade, é algo mantido em silêncio ou muitas vezes nem comentado. Para Foucault (1988, p.9), a família conjugal a confisca e absorve-a, inteiramente na seriedade da função de reproduzir. As discussões em torno do sexo, se calam. O casal, legítimo e procriador, dita a lei. Ou seja, o casal procriador é quem dita a lei e falar sobre sexo é motivo de silêncio e segredo, apenas os pais podem falar sobre sexo dentro de casa e apenas eles são os únicos que sabem do assunto, sua lei é o silêncio sobre o assunto.

No espaço social, como no coração de cada moradia, um único lugar de sexualidade reconhecida, mas utilitário e fecundo: o quarto dos pais. Ao que sobra só resta encobrir-se; o decoro das atitudes esconde os corpos, a decência das palavras limpa os discursos. E se o estéril insiste, e se mostra demasiadamente, vira anormal: receberá esse status e deverá pagar as sanções. (FOUCAULT, 1988, p. 9 -10).

Pode-se observar que até hoje nos dias atuais, o assunto sexualidade, sexo dentro de casa ainda é restrito para as crianças e apenas os pais podem falar a respeito e quando uma criança faz alguma pergunta sobre essa questão os pais dizem “é assunto de adulto”. Dessa forma, na adolescência muitos acabam usando o auxílio da internet para tirar suas dúvidas ou até mesmo em conversas com amigos. E quando realmente estão curiosos partem para a prática, ou seja, iniciam o ato sexual pela primeira vez, sem ao menos ter tido uma conversa esclarecedora com os pais.

É nítido que há muito tempo, desde quando a sexualidade ganhou destaque que “as crianças eram tidas como seres não possuidores de sexualidade, pois a sociedade considerava que o ato sexual e a detalhação do mesmo de forma discursiva como tal, não lhes era permitido falar, ouvir, ou conviver em locais onde o sexo estivesse presente, mesmo que em discursos lícitos, ou seja, a sociedade reprimia qualquer possibilidade de manifestação sexual que mostrasse, ou se quer desse a ideia do que era a sexualidade”. (SANTOS, 2008, p. 12).

Foucault (1988) traz o seguinte pensamento sobre essa questão:

As crianças, por exemplo, sabe-se muito bem que não têm sexo: boa razão para interditá-lo, razão para proibi-las de falarem dele, razão para fechar os olhos e tapar os ouvidos onde quer que venham a manifestá-lo, razão para impor um silêncio geral e aplicado. Isso seria próprio da repressão e é que a distingue das interdições mantidas pela simples lei penal: a repressão funciona, decerto, como condenação de que, em tudo isso, não há nada para dizer, nem para ver, nem para saber. (FOUCAULT, 1988, p. 10).

A sociedade sempre tenta esconder das crianças que a sexualidade existe, colocam os mesmos como inocentes e que falar sobre o assunto é algo perigoso e que pode prejudicar sua vida. Essa sociedade precisa acompanhar as mudanças do mundo e não ficar presa em um tempo onde tudo era e ainda é errado, atrasado, machista e conservador. Que não falar sobre esses assuntos em torno da sexualidade pode sim prejudicar as crianças e adolescentes. Prejudicar no sentido de não entender qual sua orientação sexual, como usar preservativo, conhecer seu corpo, doenças sexualmente transmissíveis, homofobia, abusos sexuais, enfim existe uma infinidade de assuntos que devem ser ensinados para as crianças, já chega desse negócio de “são muito pequenos para entender”, eles entendem sim e é na infância que esse assunto precisa ser abordado. (SANTOS, 2008, p. 13).

Segundo Bearzoti (1993) e seus estudos sobre a psicanálise freudiana, a sexualidade passa por várias conceituações, permitindo assim uma melhor compreensão das transformações ocorridas em relação aos limites e seus níveis de desenvolvimento. O homem demonstra necessidades sexuais que são biologicamente nomeadas de instinto. Esta manifestação da sexualidade é denominada libido, que sofre variações e mudanças decorrentes do instinto sexual de cada indivíduo. Libido para Freud é um conceito exclusivo de natureza sexual e este se manifesta em todos os órgãos do ser humano que devido sua produção dá requisito a compreensão dos fenômenos psicosexuais. (BEARZOTI, 1993 apud CAMARGOS, 2016, p. 21).

De acordo com o pensamento psicanalítico freudiano a sexualidade é denominada como energia, modelo energético para o aparelho mental. Em resumo, a sexualidade é passível de variações quantitativas. Com mais este acréscimo, fica assim o conceito de sexualidade: é energia vital instintiva passível de variações quantitativas e vinculada à homeostase. (BEARZOTI, 1993, p. 3)

As mudanças ocorridas entre o meio interno do organismo é a homeostase e a sexualidade na criança é instintiva, vital e de autopreservação. Ao ocorrer variações de excitação e as repressões sexuais no indivíduo podem acontecer mudanças quantitativas na sexualidade. Essas mudanças estão

relacionadas quando as pessoas se interagem socialmente dentro de cada ambiente em que convive e, posteriormente são integradas as partes genitais na sexualidade infantil. Conforme as mudanças ocorridas no organismo, como o ato sexual, tudo que envolve a relação sexual, nem sempre tem como finalidade a procriação humana. A afetividade também está relacionada com a sexualidade, pois segundo Freud, envolve sentimentos. (CAMARGOS, 2016, p. 22).

Em relação à infância a sexualidade é desenvolvida por algumas fases. Fase oral definida por Freud é onde a libido se inicia e a partir do momento em que a criança vai crescendo essa libido se desloca para outras partes do corpo. A segunda fase denominada de fase anal, quando a criança de dois anos em diante começa a liberação das fezes. A terceira fase chamada de fálica seria onde se inicia o prazer nos órgãos genitais. A quarta fase latência se dá início a excitação sexual das crianças, fase de exploração e curiosidade e que ainda não tem a ver com a sexualidade adulta. E quinta fase chamada de fase genital que se inicia na adolescência, a puberdade. (AMARAL, 2007, p.6).

Sexualidade é energia vital instintiva direcionada para o prazer, passível de variações quantitativas e qualitativas, vinculada à homeostase, à afetividade, às relações sociais, às fases do desenvolvimento da libido infantil, ao erotismo, à genitalidade, à relação sexual, à procriação e à sublimação. (BEARZOTI, 1993 p.5).

Com isso, percebe-se que a sexualidade envolve expressões e sentimentos dentro de cada ser humano, sendo mais ampla e não apenas biológica. (CAMARGOS, 2008, p. 23).

Além de todo assunto abordado acima, é importante esclarecer que sexo e sexualidade são assuntos totalmente diferentes. O sexo está associado às questões biológicas: fisiológicas e anatômicas, agora a sexualidade submete-se a cultura, a afetividade e aos costumes. (MENEGOZZO; ARAUJO; PRZYBYSZ , 2014 apud CAMARGOS, 2008, p. 23).

Enfim, as oportunidades para entender essa questão são enormes e deveria deixar de ser algo vergonhoso e ser algo prazeroso de se falar, mas muita coisa precisa ser feita para mudar o pensamento das pessoas a se abrirem mais para falar do assunto. Diversos autores trabalham com essa questão, com livros, artigos, publicações que são muito importantes para de fato entender o verdadeiro significado da sexualidade. Mas, devido à sociedade ser privada para coisas novas, esses autores praticamente são deixados de lado e assim são gerados os equívocos

a falta de conhecimento e o preconceito. A sociedade precisa acompanhar as mudanças do mundo e não deixar um tema tão importante como esse ficar escondido, precisa ser explorado e conhecido.

2.2 Gênero

Para as ciências sociais e humanas, o conceito de gênero se refere à construção social do sexo anatômico. Ele foi criado para distinguir a dimensão biológica da dimensão social, baseando-se no raciocínio de que há machos e fêmeas na espécie humana, no entanto, a maneira de ser homem e de ser mulher é realizada pela cultura. Assim, gênero significa que homens e mulheres são produtos da realidade social e não decorrência da anatomia de seus corpos. (GÊNERO, 2009, p. 40).

O termo "gênero" também é utilizado para designar as relações sociais entre os sexos. Seu uso rejeita explicitamente explicações biológicas, como aquelas que encontram um denominador comum, para diversas formas de subordinação feminina, nos fatos de que as mulheres têm a capacidade para dar à luz e de que os homens têm uma força muscular superior. Em vez disso, o termo "gênero" torna-se uma forma de indicar "construções culturais" a criação inteiramente social de ideias sobre os papéis adequados aos homens e às mulheres. Trata-se de uma forma de se referir às origens exclusivamente sociais das identidades subjetivas de homens e de mulheres. "Gênero" é, segundo esta definição, uma categoria social imposta sobre um corpo sexuado. Com a proliferação dos estudos sobre sexo e sexualidade, "gênero" tornou-se uma palavra particularmente útil, pois oferece um meio de distinguir a prática sexual dos papéis sexuais atribuídos às mulheres e aos homens. (SCOTT, 1990, p. 75).

Gênero é um dos assuntos que requer bastante atenção e são importantes para a sociedade, principalmente quando se trata do movimento feminista que teve importante participação para o significado de gênero.

Segundo Louro (1997, p. 14) "Na virada do século, as manifestações contra a discriminação feminina adquiriram uma visibilidade e uma expressividade maior no chamado "sufragismo", ou seja, movimento voltado para estender o direito do voto às mulheres".

Com uma amplitude inusitada, alastrando-se por vários países ocidentais (ainda que com força e resultados desiguais), o sufragismo passou a ser reconhecido, posteriormente, como a "primeira onda" do feminismo. Seus objetivos mais imediatos (eventualmente acrescidos de reivindicações ligadas à organização da família, oportunidade de estudo ou acesso a determinadas profissões) estavam, sem dúvida, ligados ao interesse das

mulheres brancas de classe média, e o alcance dessas metas (embora circunscrito a alguns países) foi seguido de uma certa acomodação no movimento. (LOURO, 1997, p. 21).

Após a primeira onda ganhar destaque, surge a segunda onda que se inicia no final da década de 1960, tendo como marco da rebeldia e constatação no ano de 1968. Durante esse tempo o movimento feminista inicia discussões teóricas sobre o conceito de gênero. Com isso, militantes acadêmicas, estudiosas, docentes e pesquisadoras, com sua paixão política, surgem os estudos da mulher. (LOURO, 1997, p. 22).

A segunda onda faz críticas ao caráter burguês-liberal de outrora, fazendo recortes de classe e raça, relações de poder e transversalidade de opressões estruturais para além do gênero. Assim, elevam-se as vozes das mulheres negras e pobres subjugadas dentro do movimento. Inclusive, é nesse período em que se formulam as problematizações acerca das diferenças entre gênero, sexo e orientação sexual, desmitificando a naturalização de papéis sociais que seriam inerentes a homens ou mulheres. (OLGA et. al., 2018, p. 10).

É imperativo, então, contrapor-se a esse tipo de argumentação. É necessário demonstrar que não são propriamente as características sexuais, mas é a forma como essas características são representadas ou valorizadas, aquilo que se diz ou se pensa sobre elas que vai constituir, efetivamente, o que é feminino ou masculino em uma dada sociedade e em um dado momento histórico. Para que se compreenda o lugar e as relações de homens e mulheres numa sociedade importa observar não exatamente seus sexos, mas sim tudo o que socialmente se construiu sobre os sexos. (LOURO, 1997, p. 24).

A terceira onda do movimento feminista surge a partir da década de 1980 e 1990 do século XX. As críticas trazidas por algumas feministas dessa terceira onda, alavancadas por Judith Butler, vêm no sentido de mostrar que o discurso universal é excludente, uma vez que as opressões atingem as mulheres de modos diferentes. Seria necessário discutir gênero com recortes de classe e raça, levando em conta as especificidades das mulheres. (OLGA et. al., 2018, p. 14).

Desconstrução de teorias feministas da 2ª onda e de representações que pensam a categoria de gênero de modo binário (masculino/feminino). Simone de Beauvoir já havia desnaturalizado o “ser mulher”, em 1949, em *O Segundo Sexo*. Ao dizer que “não se nasce mulher, torna-se”, a filósofa francesa distingue entre a construção do “gênero” e do “sexo dado”, e mostra que não seria possível atribuir às mulheres certos valores e comportamentos sociais como biologicamente determinados. A divisão

sexo/gênero funcionaria como uma espécie de base que funda a política feminista, partindo da ideia de que o sexo é natural e o gênero é socialmente construído como algo que se impõe à mulher, assumindo assim um aspecto de opressão. (OLGA et. al., 2018, p. 16).

Pode-se perceber que o gênero tem relação com características históricas, culturais e sociais, ou seja, não se limita apenas ao sexo biológico, são vários fatores que contribuem para a construção do gênero de uma pessoa.

2.3 Identidade de Gênero

Nos dias atuais a questão da identidade de gênero tem ganhado cada vez mais destaque na sociedade, muitas pessoas estão deixando o medo e a vergonha de lado e assumindo sua verdadeira identidade. Segundo a Secretária da Justiça e da Defesa da Cidadania (2014, p. 14) identidade de gênero “É a percepção íntima que uma pessoa tem de si como sendo do gênero masculino, feminino ou de alguma combinação dos dois, independente do sexo biológico.” Dessa forma, a identidade de gênero é como uma pessoa se identifica, se descreve e como deseja ser reconhecida.

É uma experiência interna e individual do gênero de cada pessoa, que pode ou não corresponder ao sexo atribuído no nascimento, incluindo o senso pessoal do corpo (que pode envolver, por livre escolha, modificação da aparência ou função corporal, por meios médicos, cirúrgicos e outros) e outras expressões de gênero, inclusive vestimenta, modo de falar e maneirismos. (ABGLT, 2010, p. 18).

Assim como a orientação sexual existem várias formas de se definir a Identidade de gênero de uma pessoa, que pode ser: Androginia, Agênero, Binarismo de Gênero, Cisgênero, Crossdresser, Drag Queen, Drag King, Transexual, Transgênero, Travesti, entre outros.

Segue a baixo o significado de cada uma dessas identidades de gêneros mencionadas acima:

Androginia: Termo genérico usado para descrever qualquer indivíduo que assuma postura social, especialmente a relacionada à vestimenta, comum a ambos os gêneros. (BRASIL, 2016, p. 20).

Agênero: Pessoa que não se identifica com uma identidade que pode ser categorizada como homem ou mulher ou que assume não ter identidade de gênero,

ou seja, pessoa que não se identifica com nenhum dos gêneros. (CADERNO, 2017, p. 48).

Binarismo de Gênero: Ideia de que só existe macho|fêmea, masculino|feminino, homem|mulher e é considerado limitante para as pessoas não-binárias. (CADERNO, 2017, p. 58).

Cisgênero: Pessoa cuja identidade ou expressão de gênero corresponde ao convencional, em dada cultura, local e época, ao sexo que lhe foi atribuído à nascença. (BRASIL, 2016, p. 21).

Crossdresser: Pessoas que, regular ou ocasionalmente, usam roupas que socialmente são vistas como sendo usadas por pessoas do sexo oposto. Geralmente estas pessoas sentem-se bem com o seu sexo biológico e não querem mudá-lo. Contrariamente às crenças populares, a maioria dos/das crossdressers diz-se heterossexuais. (BRASIL, 2016, p. 22).

Drag Queen: Homem que se veste com roupas femininas de forma satírica e extravagante para o exercício da profissão em shows e outros eventos. Uma drag queen não deixa de ser um tipo de “transformista”, pois o uso das roupas está ligado a questões artísticas, a diferença é que a produção necessariamente focaliza o humor, o exagero. (BRASIL, 2016, p. 22).

Drag King: Versão “masculina” da drag queen, ou seja, trata-se de uma mulher que se veste com roupas masculinas para fins de trabalho. (BRASIL, 2016, p. 22).

Transgênero: Terminologia utilizada para descrever pessoas que transitam entre os gêneros. São pessoas cuja identidade de gênero transcende as definições convencionais de sexualidade. Ou seja, pessoas que não se identificam com seu gênero de nascimento. (ABGLT, 2010, p. 20).

Transexual: Pessoa que possui uma identidade de gênero diferente do sexo designado no nascimento. Homens e mulheres transexuais podem manifestar o desejo de se submeterem a intervenções médico-cirúrgicas para realizarem a adequação dos seus atributos físicos de nascença (inclusive genitais) a sua identidade de gênero constituída. (BRASIL, 2016, p.32).

Travesti: Pessoa que nasce do sexo masculino ou feminino, mas que tem sua identidade de gênero oposta ao seu sexo biológico, assumindo papéis de gênero diferentes daquele imposto pela sociedade. Muitas travestis modificam seus corpos por meio de hormônio-terapias, aplicações de silicone e/ou cirurgias plásticas,

porém, vale ressaltar que isso não é regra para todas (definição adotada pela Conferência Nacional LGBT em 2008). Diferentemente das transexuais, as travestis não desejam realizar a cirurgia de rede-sinalização sexual (mudança de órgão genital). Utiliza-se o artigo definido feminino “A” para falar da Travesti (aquela que possui seios, corpo, vestimentas, cabelos, e formas femininas). É incorreto usar o artigo masculino, por exemplo, “O” travesti Maria, pois está se referindo a uma pessoa do gênero feminino. (ABGLT, 2010, p. 20).

2.4 Orientação Sexual

Assim como a identidade de gênero, falar sobre orientação sexual não é um assunto que muitas pessoas preferem discutir. A orientação sexual de uma pessoa não deve ser questionada e sim respeitada. De acordo com a ABGLT (2010, p. 12) a orientação sexual “refere-se à capacidade de cada pessoa de ter uma profunda atração emocional, afetiva ou sexual por indivíduos de gênero diferente, do mesmo gênero ou de mais de um gênero, assim como ter relações íntimas e sexuais com essas pessoas”.

De acordo com Diana (2019, p.1) a orientação sexual é classificada em três tipos:

Heterossexual ou heteroafetivo: quando uma pessoa se atrai por um gênero diferente do seu.

Homossexual ou homoafetivo: quando a atração ocorre entre pessoas do mesmo gênero. Nessa categoria estão as lésbicas (atração e relacionamento entre mulheres) e os gays (afetividade e atração entre homens).

Bissexual ou biafetivo: quando a pessoa se sente atraída por ambos os gêneros: feminino e masculino. (DIANA, 2019, p.1).

Há também o assexual, pessoa que não tem desejo de manter relações sexuais e, em alguns casos, nem amorosas com outras pessoas. (CADERNO, 2017 p. 58).

Existe também o pansexual, é um termo pouco conhecido e confundido com a bissexualidade. Considera-se que a pansexualidade é uma orientação sexual, assim como a heterossexualidade ou homossexualidade. O prefixo pan vem do grego e se traduz como “tudo”. Significa que as pessoas pansexuais podem desenvolver atração física, amor e desejo sexual por outras pessoas, independente de sua

identidade de gênero ou sexo biológico. A pansexualidade é uma orientação que rejeita especificamente a noção de dois gêneros e até de orientação sexual específica. (MARSHALL CAVENDISH CORPORATION, 2010, p. 593).

A homossexualidade ainda é vista para algumas pessoas, principalmente as preconceituosas como algo anormal, e usam o termo Homossexualismo (ismo) que se refere à doença. Mas, desde 1990 a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou que a “homossexualidade não é doença, nem distúrbio e nem perversão”. Desta forma, não é correto utilizar a expressão “opção sexual” e sim “orientação sexual”. Ou seja, nenhuma pessoa escolhe por quem irá sentir desejo ou atração afetiva ou sexual. (SECRETARIA DA JUSTIÇA E DA DEFESA DA CIDADANIA, 2014, p. 12).

Há também pessoas que nascem com uma combinação diferente destes fatores, e que podem apresentar características de ambos os sexos. Essas pessoas são chamadas de Intersexos. (SECRETARIA DA JUSTIÇA E DA DEFESA DA CIDADANIA, 2014, p. 11).

O mais conhecido termo usado para expressar a orientação sexual e identidade de gênero é a sigla LGBTQ+ (Lésbicas, gays, bissexuais, transgêneros/transexuais, queer, +) e vários outros termos que são usados dentro da comunidade. A letra Q refere-se a todas as orientações e identidades sem se especificar em apenas uma delas. (ÂNGELIS, 2019).

A Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (2010, p. 11) define sexo biológico como: “Conjunto de informações cromossômicas, órgãos genitais, capacidades reprodutivas e características fisiológicas secundárias que distinguem machos e fêmeas”.

2.5 Diversidade sexual

A diversidade sexual é outro importante tema que merece ser estudado, compreendido e principalmente respeitado. E assim como a sexualidade é um dos assuntos que mais incomodam uma sociedade conservadora e heteronormativa, ou seja, uma sociedade que não aceita a existência de múltiplas maneiras de se viver a sexualidade e que ser hétero é o padrão mais correto.

Dessa forma, a diversidade sexual estar presente em qualquer lugar do mundo e sua presença é uma realidade que a cada ano ganha mais força e

destaque. O objetivo deste capítulo é entender o verdadeiro significado de diversidade sexual, exemplificando seu significado e como a escola trabalha essa questão no seu dia a dia.

Afinal, o que é a Diversidade Sexual?

A sexualidade humana é formada por uma múltipla combinação de fatores biológicos, psicológicos e sociais e é basicamente composta por três elementos: *sexo biológico, orientação sexual e identidade de gênero*. Chamamos de Diversidade Sexual as infinitas formas de vivência e expressão da sexualidade. (SECRETARIA DA JUSTIÇA E DA DEFESA DA CIDADANIA, 2014, p. 11).

Dessa forma, este capítulo teve como objetivo principalmente apresentar o significado de sexualidade e como os teóricos e pesquisadores abordam o assunto. A sexualidade não deve ser questionada, apenas vivenciada e as pessoas que não conhecem a sua origem julgar menos, principalmente quem tem uma melhor compreensão e sabe falar sobre o assunto sem problemas.

Outro ponto importante do capítulo foram os conceitos que grande parte da sociedade desconhece e se conhecem preferem não comentar. Mas, esse capítulo pretende levar ao leitor os vários significados que cada conceito e entender a grande diversidade sexual é uma realidade. Ou seja, apresenta e proporciona um leque de informações que podem ajudar as pessoas a refletirem gerando mais respeito e aprendizado.

3 A HOMOFOBIA NA SOCIEDADE E OS DIREITOS HUMANOS

Este capítulo tem como objetivo abordar o conceito de homofobia, bem como os teóricos que falam a respeito do tema. Um assunto delicado que merece atenção e deve ser discutido. Além de falar sobre dos direitos e conquistas da comunidade LGBTQ+, direitos que são importantes para essa comunidade que sofre diariamente com preconceitos e humilhações. Dessa forma, a discussão sobre homofobia não pode ficar em silêncio, é preciso que este assunto esteja presente nos mais variados espaços e que todos possam conhecer de perto o seu significado.

3.1 Conceituando a Homofobia

O termo homofobia foi usado pela primeira vez pelo psicólogo George Weinberg, em seu livro *A sociedade e o homossexual saudável*, publicado em 1972 nos Estados Unidos. Indo da difamação aos atos explícitos de violência física, a homofobia é uma rejeição tão forte que conduz à incapacidade de conviver com LGBTs, manifestando-se em atitudes entre as quais a de não as (os) aceitar como colegas de escola ou trabalho, vizinhas (os), clientes ou prestadoras (es) de serviço, ocupantes de algum cargo ou até mesmo parentes. (BRASIL, 2011).

A homofobia significa rejeição e/ou aversão a qualquer forma de expressão da sexualidade diferente dos padrões heteronormativos. Atitudes que frequentemente são manifestadas em inúmeras ações discriminatórias, não raro violentas, que apontam para um ódio baseado na orientação sexual do outro (a). (ABGLT, 2010, p. 23).

Para Borrilo (2010) a homofobia é definida da seguinte forma:

A homofobia é a atitude de hostilidade contra os (as) homossexuais; portanto, homens e mulheres. Homofóbico é aquele que experimenta aversão pelos homossexuais. A homofobia é uma manifestação arbitrária que consiste em designar o outro como contrário, inferior ou anormal; por sua diferença irreduzível, ele é posicionado a distância, fora do universo comum dos humanos. (BORRILLO, 2010, p. 13).

A homossexualidade é vista por muitas pessoas como algo banal, inaceitável e coisas do “demônio” em uma sociedade conservadora que preza por seus costumes e reconhece apenas o homem e mulher como dignos de amor e matrimônio. Mas, essas pessoas esquecem ou preferem não saber, que a

homossexualidade existe há muito tempo, inclusive desde a época dos gregos e romanos.

Borrilo (2010, p. 45) afirma que “A Grécia antiga reconhecia oficialmente os amores masculinos; se as relações entre homens desempenhavam uma função iniciativa, nem por isso tais ritos estavam desprovidos de desejo e prazer. Assim, impregnada por essa atmosfera de erotismo viril, a sociedade grega considerava a homossexualidade legítima”.

Ainda de acordo com Borrilo (2010, p. 46) “Na Roma Clássica a homossexualidade era tolerada sob as seguintes condições: não afastar o cidadão de seus deveres para com a sociedade; não utilizar pessoas de estrato inferior com objetos de prazer e, por último evitar absolutamente de assumir o papel, passivo nas relações com os subordinados (escravos)”.

Sobre esses acontecimentos em torno da sexualidade nessas sociedades Chauí (1991, p. 15-16) diz:

O jovem livre, do sexo masculino, considerado “passivo” pela pouca idade, e o escravo, considerado “passivo” por sua condição de dominado e por obrigação, faziam com que as relações homofílicas só fossem admitidas entre um homem livre adulto e um jovem livre ou um escravo, jovem ou adulto. O jovem, pela idade, podia ser livre e “passivo” sem desonra; o escravo, por sua condição desonrosa, só podia ser “passivo”, mas um homem livre adulto que se prestasse a uma relação homofílica no papel “passivo” era considerado imoral e indigno. Assim, era repudiada a homofilia entre os homens adultos livres, relação considerada imoral, ilegítima e infame, designada como “contra a natureza”. Não porque houvesse impossibilidade biológica, anatômica, animal para essa relação e sim porque contrariava a natureza do homem livre adulto, isto é, do cidadão. (CHAÚÍ, 1991, p. 15-16).

Falar sobre homossexualidade ainda é um tabu em várias sociedades que consideram o mesmo algo errado e que nem deveria existir no mundo. Não falar sobre homossexualidade acaba gerando mais preconceito, discriminação, ódio, agressões verbais e físicas e até mesmo a morte. Há quem diga que ser homossexual não é de Deus, pecadores que irão para o inferno. São diversas as ofensas que diariamente os homossexuais sofrem nas ruas ou em casa.

Esse tipo de justificativa é totalmente desnecessário, sendo que essas pessoas se escondem atrás da religião, da sua cultura e vários outros motivos para a não aceitação e respeito às pessoas homossexuais. Respeito esse que serve para todos não importando a orientação sexual.

Num primeiro momento, a homofobia é a *negação* da possibilidade de existência de alguém que seja vista/o não só como diferente, mas sobretudo como anormal, desviante, imoral, doente e pecadora ou pecador. Posteriormente, uma vez constatada a existência dessa/e “anormal”, a negação passa a ser *hostilidade*, condenando muitas vezes essa pessoa a viver na invisibilidade, de forma clandestina, sem valorização social ou reconhecimento público. (BRASIL, 2004, p. 34).

A homofobia ocorre para excluir as pessoas homossexuais do meio considerado heterossexual ou normal sem nenhum tipo de direito nem defesa por sua igualdade. Essa opressão dada à comunidade LGBTQ+ só alimenta mais desprezo dos homofóbicos, ferindo a existência daqueles que não escolheram ser diferentes em relação à orientação sexual, apenas reconhecidos e respeitados.

A sociedade brasileira tem em suas raízes uma cultura totalmente heteronormativa, ou seja, apenas o padrão heterossexual é considerado normal, desconsiderado qualquer outra forma de orientação sexual. Desse modo, a homofobia ganha destaque dando as pessoas homofóbicas o direito de não tolerar outros tipos de sexualidade partindo para agressões, ódio e humilhações.

A homofobia é uma decorrência inevitável da heteronormatividade, pois funciona como um modo de identificar e tentar punir todo e qualquer afastamento ou “desvio” em relação ao padrão heterossexual institucionalizado, uma vez que este é socialmente imposto a todos/as. A homofobia rotula e inferioriza uma imensa categoria de indivíduos e tem por consequência imediata suprimir ou impedir o exercício de direitos que são comumente acessíveis a todas as demais pessoas. (BRASIL, 2004, p. 34).

Quem é homossexual sempre vive com o medo de sair de casa e talvez não voltar, ser quem realmente você é em uma sociedade homofóbica é uma tarefa muito difícil. Se esconder talvez seja a melhor forma para não ser hostilizado em público ou não perder a vida. Viver com o preconceito é algo constante na vida de todo homossexual, pois além da sociedade há também o preconceito da família, essa talvez seja a pior dor, não ser aceito por seus próprios familiares sendo julgados só por não ser aquilo que população determina ser, hétero.

Muitas dessas famílias por vergonha acabam excluindo os homossexuais de suas vidas, expulsando de casa, dando as costas, usando agressões físicas e verbais alegando estarem doentes ou serem influenciados por alguma pessoa. Com isso por serem vítimas de humilhação e abandono e não terem apoio de sua família decidem ir embora procurando um lugar onde são aceitos e respeitados longe do ódio, humilhação, repressão e vários outros motivos cruéis.

Há também casos de homossexuais que não aceitam sua própria orientação sexual causando assim um preconceito internalizado e até mesmo com medo do julgando da sociedade, se casam com mulheres no intuito de não sofrer preconceito ou nenhum tipo de discriminação. Porém, esses homossexuais acabam se tornando infelizes por não se aceitarem como são e vivendo um relacionamento de aparências.

Em relação à homofobia internalizada, de acordo com Castañeda (2007):

A maioria dos homossexuais na sociedade atual, mesmo que eles se aceitem como tais carregam em si um conflito existencial permanente. A homofobia internalizada não tem fim: ela ressurgue sob diferentes formas ao longo do ciclo vital. Complica a percepção de que o homossexual tem de si mesmo e dos outros; colori todas as suas relações interpessoais, assim como o seu projeto de vida e sua visão de mundo. Constitui provavelmente a diferença subjetiva mais importante entre os homossexuais e os heterossexuais. (CASTAÑEDA, 2007 apud GONÇAVES, 2014, p.17).

O Brasil é o país que mais mata pessoas LGBTQ+ ocupando o primeiro lugar do ranking, segundo informações divulgadas pelo GGB¹ (Grupo Gay da Bahia), dados de 2001 mostram que foram 130 mortes, em 2018 foram 187 mortes e em 2017 um número assustador 445 mortes ou suicídios por causa do preconceito. (HERMANSON, 2019).

Em um novo relatório, os dados sobre essa triste realidade apontam que 141 mortes e suicídios já aconteceram em 2019, e ainda a cada 23 horas um LGBTQ+ morre no Brasil. Esses números podem ser maiores, sendo que muitos casos de violência muitas vezes não são registrados. (SOUSA e ARCOVERDE, 2019).

É lamentável que pessoas inocentes percam suas vidas por causa de pessoas maldosas, e o mais triste ainda é perceber que o poder público pouco faz para diminuir esses dados no país.

Contudo, para que mais pessoas LGBTQ+ possam viver com segurança e respeito no Brasil e no mundo a educação é o caminho a ser seguido, palestras sobre o assunto devem ganhar mais força nas escolas, mostrando aos jovens que o preconceito e discriminação podem destruir a vida de uma pessoa e que os professores percam a vergonha de falar sobre o tema em sala de aula, mostrando aos seus alunos que todos são iguais e merecem respeito. Uma pessoa considerada

¹ Associação de defesa dos direitos humanos dos homossexuais no Brasil fundado em 1980. Luta pelo combate a homofobia e direitos dos homossexuais, além de desenvolver diversos trabalhos voltados para a prevenção do vírus da AIDS, de informações sobre orientação sexual e combate ao preconceito.

LGBTQ+ não escolhe sua sexualidade e deseja apenas ser reconhecido e tratado como uma pessoa normal.

Nesse movimento a família também ganha destaque, sendo que os pais podem ensinar suas crianças desde cedo a respeitar as diferenças e a conviver com a diversidade sexual e assim contribuir para que todos tenham direitos dentro da sociedade.

Espera-se que o governo possa criar leis mais severas e punir pessoas homofóbicas por atos de agressão física ou verbal, pois ninguém gosta de ter sua sexualidade questionada apenas vivida. Muita coisa precisa ser feita para mudar essa situação, não apenas esperar pelos governantes. As pessoas precisam fazer sua parte, procurando se informar sobre os diferentes tipos de sexualidade e aceitar que o mundo é aberto para todos independente de sua orientação sexual, identidade de gênero e todo tipo de diversidade.

A informação é uma das grandes aliadas para combater o preconceito e discriminação, mas informações verdadeiras e não contrárias que alimentam ainda mais o desprezo e o desejo de exterminar aqueles ditos inferiores pelos ditos normais. Que mais profissionais sejam capacitados para falar a sobre o assunto e mostrem para aqueles que preferem fechar os olhos e a mente que ser um LGBTQ+ não é uma abominação e sim algo normal assim como ser um heterossexual.

O respeito é universal e todos são dignos de viverem da forma que desejarem. A homofobia está presente em todas as sociedades mesmo naquelas que lutam e mantem leis contra o preconceito e discriminação. Atitudes homofóbicas podem ser disfarçadas, camufladas podendo ser mais perigosa do que a homofobia totalmente declarada, ou seja, esse disfarce só aumenta ainda mais a raiva dos homofóbicos que não aceitam nenhum outro padrão de sexualidade a não ser a heterossexualidade, partindo para atos de agressões físicas ou verbais e pior levando à vítima a morte caso ainda não estejam satisfeitos.

Essa realidade precisa mudar o mais rápido possível, não é justo que pessoas inocentes percam suas vidas por simplesmente não ser da forma que a sociedade determina, é um absurdo que essas pessoas sejam questionadas, julgadas e humilhadas e o governo não fazer praticamente nada, fechar os olhos diante de uma situação terrível enquanto vidas estão em jogo. Essa realidade é um pesadelo para a comunidade LGBTQ+ que tenta diariamente transformar esse ódio em respeito pelo próximo.

3.2 Direitos e conquistas LGBTQ+

A sigla LGBTQ+ tem como característica a união das pessoas que são da comunidade serem reconhecidas e respeitadas pela sociedade. Antes da sigla atual, era usada a sigla GLS (Gays, Lésbicas e simpatizantes) criada em 1994. Com o passar dos anos, a sigla foi ganhando letras diferentes e com outros significados. Depois surgiu a sigla GLBT (gays, lésbicas, bissexuais e transgêneros). Com o surgindo de novos gêneros, identidades de gêneros e orientação sexual a sigla foi se atualizando e ganhando cada vez mais novas letras. (OTTO, 2019).

As pessoas da comunidade LGBTQ+ para ter seus direitos garantidos tiveram que enfrentar e enfrentam diariamente diversos obstáculos para conseguir serem reconhecidos e respeitados pelo restante da sociedade heteronormativa. Muitas pessoas perderam e até perdem suas vidas para simplesmente poderem ser respeitados e tratados como pessoas normais e não sofrerem com os castigos impostos pelos que se dizem corretos em sua orientação sexual.

Em alguns países pelo mundo ser um LGBTQ+ pode ser crime, cerca de 70 países criminalizam qualquer relação entre pessoas do mesmo gênero e seis países incluem a morte como punição. Pessoas com orientação sexual e identidade de gênero diferentes da considerada normal heterossexualidade, são perseguidas e condenadas a pagarem multas, anos na prisão e até mortos. (MANTOVANI, 2019, p. 1).

Um dos momentos marcantes pela luta de direitos LGBTQ+ foi no ano de 1969 em Nova York e chamada de Revolta de Stonewall que deu início ao combate contra homofobia e a luta pelos direitos dos homossexuais e de toda a comunidade.

Vale recordar o 28 de junho de 1969 – que deu origem ao Dia do Orgulho LGBT. Nessa data, policiais da Cidade de Nova York invadiram um bar local – o Stonewall Inn –, frequentado por gays, lésbicas e travestis, sob a alegação de que lá se vendiam bebidas alcoólicas sem licença. As batidas policiais nesse bar eram frequentes e invariavelmente as travestis presentes eram presas, numa explícita manifestação de preconceito contra o que se considera violação das normas de gênero estabelecidas. Mas, dessa vez, as coisas foram diferentes: enfrentaram a situação, num primeiro momento, entrando em confronto com a polícia e, posteriormente, de forma mais politizada, passaram a exigir respeito aos direitos humanos das pessoas do segmento ao qual pertenciam, em três dias consecutivos de luta ostensiva. No ano seguinte, nesse mesmo dia e mês, foi realizada a primeira Parada do Orgulho LGBT da História. (BRASIL, 2011, p. 38).

Foi a partir dessa revolta que a comunidade LGBTQ+ passou a reivindicar por seus direitos na sociedade, a lutar por igualdade e respeito. Essa revolta foi o primeiro passo para as pessoas não se esconderem e não se calarem diante de uma sociedade, ignorante, machista e conservadora. Essa revolta foi um dos atos mais importantes relacionados à comunidade LGBTQ+, um assunto pouco conhecido por grande parte das pessoas e que deveria ganhar mais notoriedade, principalmente dos membros da comunidade. É muito importante valorizar as pessoas que lutam naquela época, sem a bravura deles, talvez os direitos conquistados até agora não existissem.

Em outros países mais avançados os direitos da comunidade LGBTQ+ são garantidos por lei e muitos ganham destaque quanto à proteção e leis rígidas contra quem comete algum ato discriminatório. No Brasil os direitos LGBTQ+ também são garantidos como: “casamento, união estável, adoção, reprodução assistida, direito ao nome e a identidade de gênero, direito à educação e à igualdade de condições de acesso e permanência na escola, direito à saúde e à previdência social, Direito ao trabalho”, e vários outros direitos que são uma vitória para a comunidade LGBTQ+. (BRASIL, 2017).

A violência e a discriminação que atingem as/os LGBTs ao longo dos anos vem tendo uma resposta bastante eficaz do movimento organizado. Há muito a ser feito e mudado ainda para garantir a cidadania plena para essa população em todo o mundo, mas muitos caminhos já foram trilhados nesse sentido, alterando essa situação. (BRASIL, 2011, p. 39).

A Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948) estabelecida pela Organização das Nações Unidas (ONU) afirma:

Art. II. Toda pessoa tem capacidade para gozar os direitos e liberdades estabelecidos nesta Declaração, sem distinção de qualquer espécie, seja de raça, cor, sexo, língua, opinião, ou de outra natureza, origem nacional ou social, riqueza, nascimento ou qualquer outra condição. Art. III – Toda pessoa tem direito à vida, à liberdade e à segurança pessoal. (...) Art. V - Ninguém será submetido à tortura, nem a tratamento ou castigo cruel, desumano ou degradante. (...) Art. VII - Todos são iguais perante a lei e tem direito, sem qualquer distinção, a igual proteção da lei. Todos têm direito a igual proteção contra qualquer discriminação que viole a presente Declaração e contra qualquer incitamento a tal discriminação. (DECLARAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS, 1948, p.5-6).

Mesmo diante de leis que protegem pessoas LGBTQ+ de preconceitos e discriminações algumas sociedades preferem descumprir essas leis e acabam

proibindo direitos que essa comunidade tanto necessita para poderem viver como cidadãos e cidadãos normais. Da mesma forma, muitos acreditam existir uma cura para pessoas com orientação sexual ou identidade gênero diferente da heterossexual chamada de “Cura Gay²”. Esse termo é usado por aqueles que pensam que sentir atração sexual, emocional ou por não se identificarem com o seu gênero de nascimento são considerados doentes necessitando de tratamento para reverter tal ideia e se tornarem parte de uma única sociedade, ou seja, heteronormativa.

O Conselho Federal de Psicologia, por meio da Resolução 001/99, veda toda e qualquer tentativa de um psicólogo de “curar” o paciente homo ou bissexual. Nesses casos, o profissional que infringir a resolução pode sofrer sanções, inclusive a perda do registro profissional. Também um psiquiatra ou médico pode ser denunciado ao Conselho Regional de Medicina, caso tente “tratar” a homossexualidade. (REIS, 2018, p. 49).

Essa ideia de cura gay persistiu por muitos anos em sociedades que tentavam de tudo para que pessoas com uma sexualidade diferente ou estranha tivessem algum acompanhamento psicológico para reverter sua sexualidade e se adequar as normas de uma população denominada correta. Com isso no ano de 1973 a Associação Americana de Psiquiatria retirou a homossexualidade como desvios sexuais da lista de distúrbios mentais. (REIS, 2018, p.49).

Entre 1948 e 1990, a Organização Mundial da Saúde (OMS) classificava a homossexualidade como transtorno mental. À época, era usado o termo “homossexualismo”, cujo sufixo “ismo” significa doença. Em 17 de maio de 1990, a Assembleia Geral da OMS aprovou a retirada do código 302.0 (homossexualismo) da Classificação Internacional de Doenças, declarando que “a homossexualidade não constitui doença, nem distúrbio”. A partir de então o movimento LGBT tem zelado pelo uso do termo “homossexualidade” em vez de “homossexualismo”. (ABGLT, 2010, p. 38).

É difícil para um LGBTQ+ ser considerado doente apenas por ter sua orientação ou identidade de gênero diferente, mais horrível ainda é quando a família apoia tais ideias preconceituosas e absurdas. Graças à mudança do mundo as pessoas também acabam mudando e vendo a realidade com outros olhos aceitando, respeitando e lutando junto por um mundo melhor livre de todo tipo preconceito e discriminação.

² Conjunto de técnicas que tem o objetivo de extinguir a homossexualidade de um indivíduo. (<https://examedaoab.jusbrasil.com.br/noticias/376191509/entenda-o-projeto-da-cura-gay>).

No Brasil o Supremo Tribunal Federal criminaliza a homofobia e transfobia como crimes e foram enquadradas no artigo 20 da Lei 7.716/1989, que criminaliza o racismo. Desse modo, a corte define os seguintes critérios para punir pessoas homofóbicas e transfóbicas:

"praticar, induzir ou incitar a discriminação ou preconceito" em razão da orientação sexual da pessoa poderá ser considerado crime; a pena será de um a três anos, além de multa; se houver divulgação ampla de ato homofóbico em meios de comunicação, como publicação em rede social, a pena será de dois a cinco anos, além de multa; a aplicação da pena de racismo valerá até o Congresso Nacional aprovar uma lei sobre o tema. (OLIVEIRA e BÁRBIERI, 2019, p.1).

De acordo com o artigo 3º, item IV da Constituição Brasileira um dos objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil é "promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação." Mas, muitas pessoas não se importam com as leis estabelecidas pela Constituição e continuam a propagar o ódio e destruindo vidas de inocentes que só desejam ser considerados normais. Alguma coisa precisa ser feita urgentemente ou se não novos ataques e mortes irão acontecer.

Uma das festas mais populares sobre a diversidade sexual é a Parada Gay, que reúne diversas pessoas da comunidade LGBTQ+ além de simpatizantes e pessoas que procuraram apenas alegria em um ambiente onde todos se respeitam e se aceitam como são. Um evento voltado para discussões de combate à homofobia e pelos direitos dos LGBTQ+.

O termo correto é Parada LGBT, pois o evento é de comemoração da comunidade LGBT. O uso da manchete e expressão Parada Gay não contempla o conjunto das pessoas que organizam e participam do evento, o qual é justamente uma manifestação da diversidade. Da mesma forma, concentrar a cobertura dos meios de comunicação em determinados participantes da Parada, como por exemplo, pessoas seminuas, *go-go boys* de cueca e *drag queens*, passa uma imagem distorcida em relação ao evento, que incluem também famílias, jovens heterossexuais, casais homossexuais, crianças, adolescentes, pessoas idosas, portadoras de deficiências, políticos e assim por diante. O número de participantes nas Paradas variam de acordo com a fonte de informação. O ideal é consultar os organizadores do evento. (ABGLT, 2010, p. 20).

Este capítulo buscou apresentar o conceito de homofobia e quais suas consequências para as pessoas da comunidade LGBTQ+. A luta por direitos sempre fará parte da vida dos LGBTQ+ até que todos sejam reconhecidos e respeitados pela sociedade, uma tarefa difícil mas não impossível. A luta por igualdade deve ser

diariamente e a resistência sempre. Aceitar a orientação sexual ou identidade de gênero de uma pessoa é uma escolha, agora ser respeitado é um direito de todos.

O conceito de homofobia é desconhecido por algumas pessoas principalmente os conservadores e ignorantes desconhecem e praticam de qualquer forma e lugar. Atitude que podem levar a morte de uma pessoa e muitas vezes o governo simplesmente não se importa. Por isso, o interessante é levar essas questões para dentro da escola, debater com os alunos, convidar os pais e mostrar que a homofobia não é correta, que tem consequências sérias e incentivar o respeito pelo próximo. Discutir não apenas a homofobia, mas todos os tipos de preconceito e discriminação contra a diversidade sexual.

4 EDUCAÇÃO SEXUAL: CONCEPÇÕES E PRÁTICAS NA FAMÍLIA E NA ESCOLA

O presente capítulo tem como objetivo, abordar questões relacionadas à sexualidade na família e na escola, ou seja, é importante que nesses ambientes exista uma conversa sobre educação sexual, um assunto que não pode ser escondido das crianças e dos adolescentes.

É de grande importância que a educação sexual esteja presente no meio familiar, pois assim as crianças terão maior conhecimento sobre os assuntos que envolvem a sexualidade, gravidez, doenças, homofobia, abuso sexual e etc. É através das orientações dos pais que as crianças e adolescentes podem compreender melhor as questões relacionadas à sexualidade e principalmente que possam decidir de maneira consciente como iniciar a vida sexual.

Segundo os PCNs (1997), a sexualidade é importante no desenvolvimento e também na vida psíquica das pessoas. Com isso, entende-se que a sexualidade é algo que acompanha o ser humano desde o nascimento até a sua morte. Além disso, a sexualidade envolve história, cultura, ciência, os afetos, sentimentos que cada indivíduo expressa no decorrer de sua vida. Sendo um assunto importante, a sexualidade conta com apoio de várias áreas da educação, Antropologia, História, Economia, Sociologia, Biologia, Medicina, Psicologia e outras mais. Se por um lado, o termo sexo é usado como expressão biológica ligada aos órgãos genitais, à sexualidade envolve expressão cultural. Assim, cada sociedade desenvolve regras para o desenvolvimento sexual do sujeito. Contudo, a sexualidade está relacionada às dimensões biológicas, psíquica e sociocultural.

Discutir sexualidade no ambiente escolar ainda é considerado um tabu. Os (as) professores (as) dificilmente trabalham essa questão em sala de aula: por medo, vergonha ou simplesmente por não se sentirem preparados para falar sobre sexualidade com seus alunos e alunas. A escola deveria deixar de lado ideias antigas de ensino e procurar abordar conteúdos e conhecimentos que realmente façam parte da vida cotidiana de crianças e adolescentes. Pois, só assim eles conhecerão mais sobre a sociedade em que vivem, com as relações de poder que envolve gênero e sexualidade.

Dessa forma, destaco a importância da educação sexual, para que os tabus e preconceitos sejam quebrados ou pelo menos amenizados. Em uma sociedade

conservadora, machista sabemos que isso é algo que pode demorar, porém, não é impossível que um dia as pessoas possam conviver livres do preconceito e ódio.

4.1 Educação sexual na família

Falar sobre sexualidade é um dos grandes tabus de toda sociedade, essa temática na maioria das vezes é vista como errada e imprópria. Essa visão errada que a sociedade tem sobre sexualidade acaba influenciando as famílias a não discutirem o assunto com seus filhos. Essa ideia totalmente equivocada se dá pelo fato das famílias entenderem seus filhos como assexuados.

A sexualidade é vista apenas como assunto dos adultos e segundo muitos pais seus filhos são crianças ou jovens demais para falar sobre o tema. E, assim os adolescentes crescem sem informação sobre a sexualidade ou então aprendem por conta própria e adquirem conhecimentos que nem sempre são esclarecedores para orientar suas escolhas e práticas futuras.

É importante compreender que a sexualidade independente de idade, desde a infância é vivida por todo ser humano e as dúvidas que são geradas precisam ser esclarecidas e conversadas, de maneira objetiva e transparente para ser vivida com responsabilidade e dignidade. (GONÇALVES, FALEIRO e MALAFAIA 2013).

De um modo geral, as famílias têm conhecimentos sobre a importância de falar sobre sexualidade, sexo com seus filhos, mas não sabem a maneira correta de abordar tal assunto por vergonha ou por não conseguir responder as perguntas que serão feitas, até pelo fato de que quando eram crianças também não tiveram nenhuma resposta ou conversa com seus pais. E tem famílias que simplesmente ignoram essa importância e seus filhos que descubram com a vida. (SAVEGNAGO; ARPINI, 2013 apud CAMARGOS, 2008).

Para Yara Sayão (1997) a educação sexual é entendida da seguinte forma quando se trata da família:

A educação sexual ocorre, na verdade, desde o nascimento. É predominantemente no território familiar, da intimidade, que são transmitidos à criança as primeiras noções e valores associados à sexualidade, em geral não explicitamente. O comportamento dos pais entre si, na relação com os filhos, no tipo de recomendações, nas expressões, gestos e proibições que estabelecem, tudo isso transmite os valores que a criança incorpora. O fato de a família possuir valores conservadores, liberais ou progressistas, professar alguma crença religiosa ou não, e a forma como

o faz, determina em grande parte a educação das crianças. (SAYÃO, 1997, p. 112).

De acordo com a autora, outras influências também podem ter participação nessa questão como: o círculo extrafamiliar, livros, produção artístico-cultural, mídia e a escola, além da televisão com suas novelas, filmes e programas erotizados, que segundo Sayão (1997, p.112), “gera excitação e incremento na ansiedade relacionada às curiosidades e fantasias sexuais da criança”.

Para Gonçalves, Faleiro e Malafaia (2013, p. 6) “a falta de orientação e ausência de diálogo relativo à sexualidade no seio da família, tende a expor os adolescentes à prática do sexo inseguro e a gravidez precoce e indesejada, doenças sexualmente transmissíveis, sentimentos de vergonha e culpa”.

Observa-se que falar sobre sexualidade é um grande tabu em toda sociedade e a família por vergonha ou não saber da melhor forma abordar o assunto omitem as informações mais importante para seus filhos, permitindo que descubram de forma errada, estando sujeitos a correrem vários riscos.

Outra barreira ao estabelecimento da educação sexual no ambiente familiar é o desconforto dos pais em abordar o tema. Os pais ainda se sentem tímidos e incomodados em tratar do assunto e conseqüentemente optam pela omissão de informações e por atitudes repressoras para tentar conter as dúvidas e ansiedades dos filhos acerca do assunto. Tal atitude pode está relacionada ao fato dos pais não terem vivenciado uma educação sexual emancipatória e acabam, portanto, reproduzindo os valores que lhes foram impostos ou oportunizados por outra geração, perpetuando a deseducação sexual. (GONÇALVES, FALEIRO & MALAFAIA 2013, p. 7).

Não se pode simplesmente julgar e apontar dedos aos pais por sua maneira de conversar com seu filho sobre sexo. Não sabe-se ao certo o que esses pais passaram em sua infância, como foram ensinados e suas atitudes do presente são em grande parte conseqüências do passado que viveram. Almeida e Centa (2008) afirmam através de uma pesquisa que a educação recebida pelos pais deixou marcas negativas que estão presentes até o momento, o que dificulta a comunicação relacionada à sexualidade com os filhos e filhas.

Alguns pais, revelaram o quanto sentem-se constrangidos em falar sobre sexualidade com seus filhos. Relatam que ao sentirem dificuldades para abordar esse assunto com os filhos, várias lembranças vieram à tona e eles não conseguiram esconder que a maneira como tinham sido educados, principalmente em relação à sexualidade teria deixado marcas que estavam presentes até hoje, o que dificulta a comunicação e a transmissão de

conhecimentos relacionados à sexualidade. (ALMEIDA E CENTA, 2008, p.3).

Dessa forma um dos motivos pela não abordagem do assunto dos pais com os filhos, se justifica, por não terem recebido esse auxílio quando jovens. Para Gonçalves, Faleiro e Malafaia (2013, p. 7) “é evidente que a falta de preparo dos pais para falar sobre o assunto com os filhos é devido à história de repressão que existe em torno dela, repassado de geração para geração”. A sexualidade sempre foi um assunto bastante delicado, repleto de tabus e preconceitos e que até hoje muitas pessoas ainda a consideram um erro, uma vergonha.

E muitos pais por terem sua infância marcada pela repressão diante do assunto, reproduzem as mesmas atitudes com seus filhos, gerando conflitos e desentendimentos. (COSTA, 1986 apud GONÇALVES, FALEIRO e MALAFAIA 2013, p. 7). Gonçalves, Faleiro e Malafaia (2013), destacam o que os pais precisam fazer para mudar sua mentalidade sobre a sexualidade com seus filhos e filhas:

Esse fato demonstra a necessidade dos pais terem acesso a um processo de educação sexual emancipatório para que possam refletir sobre suas crenças, rever seu posicionamento e reformular conceitos equivocados e preconceituosos acerca da sexualidade. Para que os pais possam desvincular a sexualidade de estereótipos e tabus e desta forma oferecer uma boa educação sexual aos filhos é fundamental que revisem suas dificuldades por meio de leituras, reflexões e discussões sobre o tema. Assim, será possível informar e orientar seus filhos de forma mais positiva e isenta de preconceitos e atitudes anti-sexualidade. Além disso, é necessário que os pais repensem valores e atitudes repressivas que estão enraizados por causa da influência da educação sexual ao qual foram submetidos. (GONÇALVES, FALEIRO & MALAFAIA 2013, p. 7).

Contudo, pode-se compreender que por mais que a sexualidade seja um assunto difícil de falar, os pais precisam caminhar com as mudanças da nova geração. Por mais que sua infância tenha sido complicada para discutir sobre sexualidade, seus filhos não têm culpa do seu passado. Eles precisam de pais que sejam exemplos em suas vidas. Hoje em dia o acesso às informações estar cada vez mais fácil e os pais se tiverem dúvidas devem ir atrás das respostas para dúvidas de seus filhos ou simplesmente ter uma conversa clara, objetiva sem medo ou vergonha.

4.2 Educação sexual no contexto escolar

De acordo com os PCNs (1997) a sexualidade infantil acontece através da manifestação de carícias no próprio corpo e na curiosidade do corpo do outro, em brincadeiras, piadas, músicas, perguntas ou até mesmo da reprodução e atitudes da sexualidade adulta vista ou presenciadas.

No meio escolar essas atitudes são muito frequentes e cabe à instituição e aos professores se posicionarem para ajudar, orientar sem julgar. Sobre as dúvidas existentes os (as) professores (as) devem esclarecer da melhor forma possível à curiosidade sobre concepção de parto, relacionamento sexual, AIDS e conversando claramente com aqueles alunos com atitudes preconceituosas e abrindo espaço para o diálogo.

A sexualidade das crianças e particularmente dos adolescentes é preocupação escolar desde o século XVIII, quando esta questão torna-se um problema público. Desde então, a instituição pedagógica não impôs um silêncio geral ao sexo das crianças e dos adolescentes. Pelo contrário, concentrou as formas de discurso neste tema, estabeleceu pontos de implantação diferentes, codificou os conteúdos e qualificou os locutores. Tudo isso permitiu vincular a intensificação dos poderes à multiplicação do discurso. (ALTMANN, 2001, p. 578).

No Brasil, a inserção da educação sexual na escola operou-se a partir de um deslocamento no campo discursivo sobre a sexualidade de crianças e adolescentes. Nos anos 20 e 30, os problemas de “desvios sexuais” deixam de ser percebidos como crime para serem concebidos como doenças. A escola passa a ser tida como um espaço de intervenção preventiva da medicina higiênica, devendo cuidar da sexualidade de crianças e adolescentes a fim de produzir comportamentos normais. (ALTMANN, 2001, p. 579).

Os pais precisam entender que a escola não é o único ambiente para se tratar sobre educação sexual. A escola apenas auxilia nos conhecimentos que são essenciais para a vida dos alunos, conhecimentos esses que a família é responsável quando se trata da educação sexual de seus filhos. É obrigação dos pais serem os primeiros educadores de seus filhos e não deixar essa responsabilidade para a escola. (GONÇALVES, FALEIRO E MALAFAIA, 2013, p. 8).

Yara Sayão (1997) destaca o importante papel da escola com relação à sexualidade:

A escola também se constitui num importante agente nesse campo. Não é apenas nas portas de banheiros, muros e carteiras que se inscreve a

sexualidade no espaço escolar. Ela invade por completo essa “praia”. As atitudes dos alunos no convívio escolar, o comportamento entre eles, as brincadeiras e paródias inventadas e repetidas, tudo isso transpira sexualidade. Ao não reconhecer essas múltiplas manifestações, é como se a escola realizasse o pedido, impossível de ser atendido, de que os alunos deixem sua sexualidade fora dela. (SAYÃO, 1997, p. 112).

Dessa forma, a escola querendo ou não acaba intervindo sobre a construção da sexualidade do aluno, a escola precisa entender seu papel e abordar o tema de forma consciente e profissional. (SAYÃO, 1997, p. 113).

O trabalho de orientação sexual desenvolvido pela escola deve diferenciar-se, pois, da abordagem assistemática realizada pela família, principalmente no que diz respeito à transmissão dos valores morais indissociáveis à sexualidade. Se, por um lado, os pais exercem legitimamente seu papel ao transmitirem seus valores particulares aos filhos, por outro lado, o papel da escola é o de ampliar esse conhecimento em direção à diversidade de valores existentes na sociedade, para que o aluno possa, ao discuti-los, opinar sobre o que lhe foi ou é apresentado. Por meio da reflexão poderá, então, encontrar um ponto de auto referência, o que possibilitará o desenvolvimento de atitudes coerentes com os valores que ele próprio elegeu como seus. (SAYÃO, 1997, p. 113).

Falar sobre sexualidade não é uma tarefa fácil para escola e principalmente para os pais, com isso ambos precisam trabalhar juntos para que as informações sobre o tema sejam repassadas da melhor forma possível para alunos (as) e filhos (as). Muitas famílias por não terem acesso à informação ou por sentirem vergonha confiam à escola o dever de ensinar aos alunos sobre educação sexual, pois em casa existe muita dificuldade para se falar sobre o assunto.

Os professores, independente da área de formação, devem contribuir para que os tabus e preconceitos ligados à sexualidade sejam excluídos ou no mínimo suavizados e que o conhecimento geral dos educandos sobre o assunto seja melhorado para que cada indivíduo viva de forma apropriada e singular sua sexualidade. O objetivo da educação sexual na escola consiste em colocar professores com um preparo adequado para ajudar os educandos a superarem suas dúvidas, ansiedades e angústias em relação à temática. (GONÇALVES, FALEIRO E MALAFAIA, 2013, p. 8).

Para Rosely Sayão (1997, p. 101) antes de mais nada, “é bom que as escolas percam um estereótipo muito difundido: o de que o professor de biologia é aquele que mais reúne condições para atender mais de perto à demanda dos alunos com as questões da sexualidade”. Esta responsabilidade é de todos os (as) professores (as), seja de educação física ou de outra disciplina.

O trabalho em orientação sexual deve ser iniciado com o profissional que se sentir disponível para tal, requisito necessário, mas não suficiente. Não há

necessidade de habilitação desse profissional na área biológica, uma vez que o fundamental é a postura do professor, sua capacidade de reconhecer como legítimas as questões dos alunos, acolhendo-as com respeito. É claro que serão necessários conhecimentos de anatomia do corpo humano, mas nada tão profundo e detalhado que não possa ser assimilado por um professor de outra área por meio de estudo e/ou pesquisa. (SAYÃO, 1997, p. 115).

É importante que o professor esteja preparado independentemente de sua área de atuação para falar sobre sexualidade. De acordo com Sayão (1997, p. 101) “[...] se o professor tem disponibilidade pessoal para se responsabilizar pelo trabalho, sua área de atuação pouco importa”.

Entende-se que por mais que os professores trabalhem a respeito do assunto, muitos se sentem desconfortáveis em falar sobre sexualidade em sala de aula, não se sentem preparados para abordar tal assunto, sentem medo por passar alguma informação errada ou simplesmente vergonha e por se tratar de um tema delicado entendem que apenas a família é responsável para debater sobre o assunto. (GONÇALVES, FALEIRO E MALAFAIA, 2013).

Além do professor é importante que a escola também esteja preparada para enfrentar qualquer que seja a situação encontrada na escola. E principalmente preparar todos os funcionários da instituição, sem exceção. (ALMEIDA, COSTA e SILVA, 2005, p. 6).

De acordo com os PCNs (1997, p.83) a escola deve trabalhar com a Orientação Sexual de maneira contextualizada tendo intervenção por parte de todos os profissionais da educação.

O trabalho de Orientação Sexual na escola é entendido como problematizar, levantar questionamentos e ampliar o leque de conhecimentos e de opções para que o aluno, ele próprio, escolha seu caminho. A escola deve informar e discutir os diferentes tabus, preconceitos, crenças e atitudes existentes na sociedade, buscando, se não uma isenção total, o que é impossível de se conseguir, uma condição de maior distanciamento pessoal por parte dos professores para empreender essa tarefa. Assim, propõe-se que a Orientação Sexual oferecida pela escola aborde as repercussões de todas as mensagens transmitidas pela mídia, pela família e pela sociedade, com as crianças e os jovens. Trata-se de preencher lacunas nas informações que a criança já possui e, principalmente, criar a possibilidade de formar opinião a respeito do que lhe é ou foi apresentado. A escola, ao propiciar informações atualizadas do ponto de vista científico e explicitar os diversos valores associados à sexualidade e aos comportamentos sexuais existentes na sociedade, possibilita ao aluno desenvolver atitudes coerentes com os valores que ele próprio elegeu como seus. (PCNS, 1997, p. 83).

Segundo os PCNs (1997, p.84) o educador deve trabalhar a orientação sexual da seguinte forma:

Para um bom trabalho de Orientação Sexual, é necessário que se estabeleça uma relação de confiança entre alunos e professor. Para isso, o professor deve se mostrar disponível para conversar a respeito das questões apresentadas, não emitir juízo de valor sobre as colocações feitas pelos alunos e responder às perguntas de forma direta e esclarecedora. Informações corretas do ponto de vista científico ou esclarecimentos sobre as questões trazidas pelos alunos são fundamentais para seu bem-estar e tranqüilidade, para uma maior consciência de seu próprio corpo e melhores condições de prevenção às doenças sexualmente transmissíveis, gravidez indesejada e abuso sexual. A postura do educador é fundamental para que os valores básicos propostos possam ser conhecidos e legitimados de acordo com os objetivos apontados. Em relação às questões de gênero, por exemplo, o professor deve transmitir, pela sua conduta, a equidade entre os gêneros e a dignidade de cada um individualmente. Ao orientar todas as discussões, deve, ele próprio, respeitar a opinião de cada aluno e ao mesmo tempo garantir o respeito e a participação de todos. (PCNS ,1997, p.84).

Um dos objetivos trabalhados pelos PCNs sobre orientação sexual é que a escola deve complementar a educação dada pela família. Ou seja, a escola precisa informar a família sobre a inclusão da orientação sexual no currículo escolar.

Por entender que a abordagem oferecida acontece a partir de uma visão pluralista de sexualidade e o papel da escola é abrir espaço para que essa pluralidade de concepções, valores e crenças possa se expressar, não compete à escola, em nenhuma situação, julgar como certa ou errada a educação que cada família oferece. Antes, caberá à escola trabalhar o respeito às diferenças, a partir da sua própria atitude de respeitar as diferenças expressas pelas famílias. A única exceção refere-se às situações em que haja violação dos direitos das crianças e dos jovens. Nessa situação específica, cabe à escola posicionar-se a fim de garantir a integridade básica de seus alunos — por exemplo, as situações de violência sexual contra crianças por parte de familiares devem ser comunicadas ao Conselho Tutelar (que poderá manter o anonimato do denunciante) ou autoridade correspondente. (PCN'S, 1997, p. 85).

Sobre a educação sexual nas escolas Almeida, Costa e Silva (2005) consideram que:

O objetivo da educação sexual na escola consiste em colocar professores com um preparo adequado e desempenhar de forma significativa seu papel, ajudando os alunos a superarem suas dúvidas, ansiedades, angústias. Educação sexual não significa apenas passar informações sobre sexo, mas sim promover o contato, transmitir valores, atitudes, comportamentos. É importante observar se estes educadores estão preparados psicologicamente para falar sobre sexo. Já que muitos destes orientadores não possuem a própria sexualidade bem resolvida, tendo problemas com seu parceiro ou consigo mesmo em relação ao sexo, e em seu discurso, passam um tom de frustração e inquietação. (ALMEIDA, COSTA e SILVA, 2005, p. 7).

Não falar sobre sexualidade na escola e na família pode gerar consequências graves na vida da criança e do adolescente. Não conversar sobre sexualidade pode

provocar diversos sentimentos a esses jovens como: medo, vergonha, insegurança, frustração, risco de gravidez precoce, contrair alguma doença sexualmente transmissível. Não dialogar sobre educação sexual pode gerar preconceito, ignorância e uma mente fechada para uma vida repleta de diversidade.

Contudo, entende-se que a sexualidade começa desde os gestos mais simples como acariciar o próprio corpo até a fase adulta quando se realmente começa a se praticar os atos sexuais. Na escola a manifestação da sexualidade acontece com frequência e cabe à instituição e os (as) professores (as) intervirem da melhor maneira para que os (as) alunos (as) possam compreender de fato a vida sexual, e que suas dúvidas sejam respondidas com clareza, verdade e sem mentiras.

Os pais precisam criar coragem e deixar a vergonha e o medo de lado e conversarem com tranquilidade com seus filhos e filhas a respeito da sexualidade, pois só assim poderão ver de perto que eles (elas) cresceram de verdade, ajudando a descobrir o mundo sexual de maneira segura e sem riscos.

Os (as) professores (as) devem confiar no seu trabalho e arriscar falar sobre o assunto, existem vários meios de pesquisa que auxiliam no debate sobre a temática e hoje em dia a facilidade de informações pode e muito contribuir para que os (as) adolescentes tenham um aprendizado emancipatório sobre a sexualidade e que possam levar esses conhecimentos consigo para toda a vida.

5 DIVERSIDADE SEXUAL E COMBATE A HOMOFOBIA: DISCUSSÃO NECESSÁRIA NO CURRÍCULO ESCOLAR

O presente capítulo aborda questões relacionadas à diversidade sexual na escola, especialmente no currículo escolar, tendo como apoio os seguintes tópicos: “A Diversidade sexual no currículo escolar” e “O Combate a Homofobia no currículo escolar”.

É importante que a escola trabalhe em seu currículo questões relacionadas à diversidade sexual dos seus alunos (as) e permita que todos (as) possam ter uma melhor compreensão sobre o assunto, pois a escola é um ambiente diverso e essa temática precisa ganhar destaque.

A escola não pode ser movida por uma sociedade que entende que falar sobre essa temática é levar os alunos para o caminho impróprio, a escola precisa entender que seu papel é formar cidadãos que respeitem o próximo, que se respeitem e desenvolvam seus conhecimentos, principalmente relacionados à diversidade sexual, orientação sexual, identidade de gênero, homofobia e vários outros assuntos, a fim de transformar uma sociedade longe de qualquer, tabu, preconceito ou discriminação.

5.1 A Diversidade Sexual no Currículo Escolar

Diversidade sexual é um dos assuntos que mais ganha destaque nos últimos anos e na escola não poderia ser diferente, a diversidade está presente em todos os pontos de uma instituição escolar. São várias as diversidades que fazem parte de uma escola, cor, raça, classe, etnia, religião e a mais polêmica de todas a sexual. Muitos preferem não enxergam que a diversidade sexual é algo real e não trabalhar com essa questão pode gerar ainda mais preconceito e desinformação.

Então, qual seria o papel da escola e dos professores sobre a diversidade sexual?

Sabemos que a escola produz e reproduz valores e ideias preconcebidas a respeito dos relacionamentos humanos. No caso da homofobia, a escola pode consenti-la ou mesmo ensiná-la. Mas é também nela que podemos elaborar e reelaborar as relações humanas. Este é o desafio: constituir um corpo de educadores/as capazes de discutir as questões de gênero, sexualidades, diversidade sexual, orientação sexual, identidade de gênero sem minimizar ou mesmo rotular indivíduos. Porém sabemos que a escola

está carente dessa abordagem. Carente de políticas curriculares que descentralizem o conhecimento, ela não pode ser espaço para aprender apenas as letras e os números ou os conhecimentos acumulados pela humanidade, mas deve ser um lugar em que as pessoas aprendam a se conhecer e se respeitar. (JESUS et.al., 2008, p. 43).

A construção do respeito à diversidade sexual passa necessariamente pela desconstrução do modelo heteronormativo de sociedade, que considera como padrão de normalidade e respeito somente as relações entre homens e mulheres, excluindo com isso uma parcela significativa de cidadãos/ãs. (JESUS et. al., 2008, p. 44).

Muita gente, ao se defrontar com a diversidade sexual, enxerga o outro como “diferente”, e tem receio desse “desconhecido”. É comum, nesse caso, o estabelecimento de uma hierarquia a partir da qual se tenta dominar e subjugar esse “outro” que foge ao padrão heteronormativo. (JESUS et. al., 2008, p. 44).

Os heteronormativos acreditam serem os únicos com a orientação sexual correta em uma sociedade, com isso as demais são consideradas anormais e vergonhosas. Ou seja, o respeito para as outras orientações simplesmente não existe.

Dessa forma, a escola precisa capacitar os profissionais para que saibam a melhor forma dialogar com seus alunos a respeito da sexualidade e tudo que envolve a diversidade sexual, só assim esses assuntos deixarão de ser um problema sendo uma solução para a sociedade.

Partimos da concepção de que a escola transmite conhecimentos, ao mesmo tempo em que socializa, educa e orienta seus alunos e alunas, exercendo um papel complementar ao da família. A escola tem a responsabilidade de desenvolver ações educativas que levem à formação ética e moral para a construção de valores que respeitem a diversidade. Ela representa para as crianças e adolescentes uma instituição social importante, um espaço de convivência, onde acontecem algumas das primeiras experiências em grupo, as primeiras descobertas sobre o outro, as primeiras trocas afetivas, a descoberta da sexualidade, a compreensão do espaço e da cultura no qual se está inserido. (JESUS et. al., 2008, p. 49).

Jesus et. al. (2008, p. 50) afirma que o papel da escola é construir relações de respeito às pessoas independentemente de sua orientação sexual e contribuir para a construção de uma sociedade que respeite os direitos humanos:

O ambiente escolar é, portanto, um espaço fundamental de construção de novas práticas e atitudes. Cada criança, cada adolescente é único/a. Tem uma história de vida particular e diferenciada. Por isso, os princípios da educação devem se pautar pela igualdade de oportunidades, pela

valorização de cada pessoa como ser humano, portadora de direitos e deveres, e pelo desenvolvimento das potencialidades individuais. É papel da escola fomentar a construção de uma ética fundada no respeito aos direitos humanos como condição básica da vida em sociedade. É também tarefa da instituição facilitar a aprendizagem de determinados conteúdos culturais que se contraponham ao desconhecimento e combater a violação da dignidade humana. (JESUS et. al., 2008, p. 50).

Diante de tais explicações, pode-se entender que o papel da escola é contribuir para que as crianças, os jovens e os adultos possam conhecer de forma correta tudo sobre sexualidade, diversidade sexual e ampliem seus conhecimentos para que o preconceito, discriminação e os padrões heteronormativos não dominem a sociedade. A escola precisa fazer do seu ambiente um lugar de respeito, onde as diferenças sejam tratadas como iguais e não com indiferença. Os professores devem procurar desenvolver trabalhos que abordem sobre a diversidade sexual de maneira que todos aprendam a respeitar as pessoas da forma que são.

Possibilitar que profissionais de educação abordem questões de gênero e sexualidade sob a ótica da diversidade sexual, visando superar toda forma de discriminação no ambiente escolar, fazendo uso de metodologias que proponham a eliminação da homofobia e do preconceito e promovam o respeito às diferenças e à dignidade humana, e a defesa da cidadania. (JESUS et. al., 2008, p. 50).

Contudo, a escola deve ser um ambiente que possa propiciar aos alunos um lugar de segurança e bem estar para todas as pessoas. Um lugar que seja acolhedor e que possa garantir a todos o direito de aprender sem nenhuma distinção quanto à sexualidade, orientação sexual ou identidade de gênero e principalmente que aceite a diversidade sexual como parte de uma sociedade.

5.2 O Combate a Homofobia: Uma discussão necessária na escola

O Governo Federal lançou no ano de 2004 o programa *Brasil sem homofobia*, que tinha como principal objetivo combater o preconceito e a violência sofrida pela comunidade LGBTQ+, sendo uma grande conquista para essas pessoas que lutam diariamente por seus direitos em um país extremamente conservador.

Esse documento contém vários programas de ações voltadas para a informação e destinadas ao combate à homofobia. São projetos que conta com a participação de setores públicos e organizações não governamentais, que lutam diariamente pela cidadania dos homossexuais. O documento ainda conta com materiais de apoio para capacitar profissionais que possam trabalhar de forma

correta dentro da escola sobre essa questão, além da contribuição de pessoas da própria comunidade que atuam diariamente pelos direitos humanos, estimulando que as violações dos direitos LGBTQ+ sejam denunciadas e respeitadas.

A elaboração do Programa Brasil sem Homofobia contou com a participação direta de representantes do segmento GLBT e, da mesma forma, garante-se na sua implantação, a representação de tais segmentos, por meio de parcerias com suas lideranças, movimentos sociais e organizações da sociedade civil, viabilizando, assim, as ferramentas para o exercício do controle social no que se refere ao acompanhamento e avaliação das diferentes ações que integram o presente programa. (BRASIL, 2004, p. 27).

Alguns anos mais tarde em 2011 seria lançado o Kit escola sem homofobia, mas, pressionando o governo a sociedade conservadora agiu no intuito de proibir a publicação do documento e o mesmo foi engavetado. Um grande prejuízo no que diz respeito à informação, pois esse material seria destinado ao conhecimento de conceitos que são importantes como: gênero, diversidade sexual e homofobia. Assuntos essenciais que devem ser abordados, discutidos nas escolas e outros espaços educativos e não escondidos da população.

O Projeto Escola sem Homofobia foi financiado pelo Ministério da Educação, com apoio de várias organizações empenhadas no combate à homofobia. Este material acabou ganhando a fama de “kit gay”, ou seja, para quem seria contra o documento o argumento utilizado seria o seu conteúdo explícito que poderia prejudicar crianças e adolescentes em sua formação escolar ou até mesmo estimular a homossexualidade.

O objetivo desse Caderno é garantir ações que visem os direitos humanos e o respeito a orientações sexuais e identidades de gênero e o combate à homofobia dentro da escola e até fora também. Dentro deste documento, contém a elaboração de matérias e recursos pedagógicos para o combate à homofobia, incluindo a indicação de vídeos, cartilhas e algumas sugestões de atividades para os professores trabalharem em sala de aula.

Este Caderno e o *kit* de ferramentas educacionais que o acompanha compõem a base teórica e material com que se pretende dar o passo inicial para a promoção e garantia de uma escola livre de homofobia. Podem ser implementados através de um programa de médio ou longo prazo, como também de oficinas temáticas. Orientam-se pelos princípios da igualdade e respeito à diversidade, da equidade, da laicidade do Estado, da universalidade das políticas, da justiça social. Sua principal meta é contribuir para o reconhecimento da diversidade de valores morais, sociais e culturais presentes na sociedade brasileira, heterogênea e comprometida com os

direitos humanos e a formação de uma cidadania que inclua de fato os direitos das pessoas LGBT. (BRASIL, 2011, p. 9).

O documento ainda destaca a diferença entre três palavras importantes, informar, comunicar e conhecer. É preciso que a informação, comunicação e conhecimento estejam ligados com o cotidiano, com as práticas culturais, dessa forma se poderá compreender algum conhecimento.

Foi com esse pressuposto que a equipe do Projeto Escola sem Homofobia elaborou os materiais educativos do *kit* do qual este Caderno faz parte, não perdendo de vista, evidentemente, o fato de que não basta, às pessoas de qualquer idade, apenas obterem informação sobre o respeito à diversidade sexual e sobre como acabar com a homofobia, a lesbofobia e a transfobia para, imediatamente, abandonarem possíveis atitudes homofóbicas, lesbofóbicas, transfóbicas. (BRASIL, 2011, p. 11).

O objetivo do Caderno Escola sem Homofobia é convidar gestores, professores e pessoas envolvidas na educação para um debate a respeito da homofobia na escola, bem como encontrar as soluções para combater esse preconceito e a discriminação de pessoas a partir de sua orientação sexual.

Para isso, é necessário trazer à tona e discutir com a comunidade escolar (gestoras/es, professoras/ es, auxiliares administrativas/os, principalmente inspetoras/es, grêmios estudantis, conselhos e Associações de Pais e Mestres - APMs, questões colocadas no dia a dia que refletem inúmeras crenças, padrões culturais, hábitos e costumes carregados para os ambientes educacionais em forma de gozações, brincadeiras e até agressões, bem como *alterar concepções didáticas, pedagógicas e curriculares, rotinas escolares e formas de convívio social*. (BRASIL, 2011, p. 13).

O Caderno tem como proposta conceitual e metodológica possibilitar instrumentos relacionados a questões como orientação sexual, identidade de gênero e tendo a homofobia nas escolas como temática principal.

O primeiro capítulo do Caderno se chama “Desfazendo a confusão” e apresenta o conceito de gênero, abordando a respeito dos modos de pensar, sentir e agir dos homens e das mulheres. O capítulo ainda discute a necessidade de conhecer conceitos como identidade de gênero e orientação sexual, a fim de mudar ideias equivocadas a respeito desses conceitos, e evitar que as pessoas sejam vítimas de diversos tipos de preconceito.

Outro assunto bastante discutido no capítulo é sobre a homofobia na escola e a importância de debater o assunto como meio de “enfrentar o preconceito e a

discriminação contra a mulher e os LGBTQ+.” (BRASIL, 2011). Por fim, o capítulo discute sobre a luta pela cidadania dos LGBTQ+, informando a respeito dos movimentos, conquistas e desafios, além da importância de inserir o grupo nas políticas públicas de diversas áreas e níveis, dentre eles a escola.

Já o segundo capítulo tem como título “Retratos da homofobia na escola” tendo como proposta revelar e desconstruir a homofobia dentro da escola, possibilitando a discussão e compreensão dos estereótipos em torno da comunidade LGBTQ+.

O objetivo é fornecer fundamentos que estimulem a elaboração de um currículo que permita adotar a transversalidade como possibilidade de incluir, entre os temas sociais relevantes, o enfrentamento da discriminação e da violência decorrentes dos preconceitos relativos a gênero e a orientação sexual. (BRASIL, 2011, p. 14).

O capítulo apresenta e discute dados de uma pesquisa que apontam a presença de uma cultura totalmente homofóbica dentro das escolas.

Destaca-se, nessa parte, a importância da discussão acerca das práticas escolares, nelas incluso o currículo, em que subjazem conceitos dogmáticos, especulativos e naturalizantes sobre orientação sexual, seja por meio da linguagem utilizada no cotidiano do ambiente ou da forma em que os conhecimentos são oferecidos nos livros didáticos e nas disciplinas ou matérias curriculares, assim como na organização sexual dos espaços da escola. (BRASIL, 2011, p. 14).

Em seu terceiro e último capítulo o Caderno destaca “A diversidade sexual na escola”, traz reflexões e sugestões de atividade para que os (as) professores (as) desenvolvam com os (as) estudantes nas escolas, além de contribuir para o planejamento de um Projeto Político Pedagógico (PPP) que auxilie no enfrentamento da homofobia no cotidiano escolar.

A ideia central, nessa parte, é a de mobilizar a comunidade escolar para que a diversidade seja contemplada com as devidas extensão e responsabilidade nos currículos e nas práticas escolares, enfrentando os desafios cotidianos relacionados à orientação sexual e à identidade de gênero de estudantes, professoras/es e toda a comunidade escolar. (BRASIL, 2011, p. 14).

Além do conteúdo apresentado em três capítulos, o documento traz anexos contendo atividades interessantes que ajudam os (as) professores (as) a planejar aulas e preparar atividades para compreensão dos conteúdos estudados, com dicas de filmes, programas de tv, internet e rádio.

Este caderno é apenas uma ferramenta que disponibiliza conteúdos para o conhecimento de conceitos importantes e o como a escola deve trabalhar essas questões em seu currículo valorizando as diversidades sexuais. Dando maior enfoque para o combate a homofobia, que infelizmente se encontra presente na maioria dos espaços, na nossa sociedade.

Entendemos, assim, que este Caderno firma compromissos com a transformação social, desejo esse que expressamos e lançamos a todas e todos, tendo em vista a escola em seu potencial e capacidade de colaborar para a construção de uma sociedade melhor, mais democrática e igualitária. (BRASIL, 2011, p. 15).

Dessa forma, o objetivo desse trabalho foi estabelecer caminhos e pistas para uma escola sem homofobia, voltado para um ambiente de aprendizagem e sem preconceitos, “imbricados na sugestão de elaboração detalhada de PPP para subsidiar um processo coletivo de sua construção, execução e avaliação”. (BRASIL, 2011, p. 14).

É importante que as escolas incluam em seus PPPs temas como diversidade sexual, educação sexual, homofobia e vários outros assuntos que sejam relacionados com essa temática, deixando de lado o fato de vivermos em sua sociedade conservadora. Esses temas são atuais e não devem ser escondidos dos (as) alunos (as) e toda a comunidade escolar precisa se preocupar de verdade com a formação integral de crianças e adolescentes.

É importante que o governo esteja empenhado juntamente com organizações voltadas para os direitos da comunidade LGBTQ+ e disponibilize documentos para escolas e outros espaço de educação, até mesmo para a população, com conteúdos informativos e explicativos sobre os diversos conceitos em relação à sexualidade, orientação sexual, gênero, identidade de gênero, diversidade sexual, homofobia e ajude a amezinhar o preconceito sofrido diariamente por essas pessoas. Que o governo esteja disposto a defender vidas e valorize o conhecimento e não engavete documentos importantes por causa de conservadores, machistas, homofóbicos entre outros. Que mais conteúdos possam estar nas bancas de revistas, nas bibliotecas das escolas e até mesmo dentro das casas e possa ser objeto de estudos e aprendizagem para todos.

Dessa forma, é importante que a escola tenha em seu currículo conteúdos sobre a diversidade sexual, principalmente se tratando de um ambiente que existe

uma grande diversidade seja de cor, raça classe, religião e a mais polêmica de todas, a diversidade sexual. A escola precisa perder o medo de debater esses assuntos e mostrar aos (as) alunos (as) o verdadeiro conhecimento a respeito da diversidade, pois chegaram a eles de forma equivocada. Mas, a escola pode mudar essa realidade, agindo no intuito de formar pessoas com conhecimentos significativos e não apenas focar em conteúdos tradicionais, até porque a vida do lado de fora é totalmente diferente.

É papel da escola é combater qualquer tipo de preconceito e discriminação, tornando a sociedade mais justa e igualitária para todos. É importante que a luta nunca termine e que todos sejam respeitados do jeito que são. A educação pode transformar uma sociedade.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A realização desse trabalho não teve o objetivo de trazer respostas definitivas sobre as questões abordadas, mas sim levar ao leitor uma reflexão sobre a sexualidade, a partir da discussão de conceitos que são desconhecidos pela maioria das pessoas na sociedade. Os estudos sobre essa temática são de grande relevância para que se possa compreender ou ter mais informações sobre conceitos como: sexualidade, relações de gênero, orientação sexual, diversidade sexual, homofobia e outros, adquirindo assim mais conhecimentos e promovendo menos julgamentos.

A produção desse trabalho foi realizada com muito empenho e dedicação, pois era perceptível que muitas pessoas têm dúvidas relacionadas às temáticas aqui abordadas. As dúvidas ou falta de informações precisam ser esclarecidas, caso contrário acabará gerando mais preconceito e discriminação. Por isso, é importante que esses temas sejam incluídos e trabalhados tanto no ambiente familiar quanto na escola.

A primeira parte do trabalho teve como foco de estudo a sexualidade, muito questionada pelos heterossexuais e que diariamente julga ou excluem pessoas homossexuais ou com uma orientação sexual diferente, falar sobre sexualidade para alguns ainda é algo vergonhoso ou proibido ainda mais se tratando de uma sociedade conservadora que condena quem foge desse tradicionalismo. Sexualidade é algo normal de todo ser humano, mas há indivíduos que pensam ao contrário e julgam sem conhecer e mesmo quando existe a possibilidade de conhecimento não aceitam outras respostas, apenas a sua verdade. Essa é uma realidade que precisa mudar, pois o mundo está em constante transformação e todos precisam acompanhar essas mudanças.

Atualmente existe uma grande quantidade de informações que podem esclarecer qualquer dúvida relacionada à sexualidade, como: documentos, revistas, internet entre outros. Mas, nem sempre as informações podem impedir que atos de grosseria contra a diversidade sexual aconteça, mesmo o agressor sabendo de todas as informações ele cometerá atitudes de ódio, prazer em ver o sofrimento do outro. A orientação sexual, gênero, identidade de gênero são assuntos que fazem parte da sociedade e não podem ser excluídos de um debate, e nem tão pouco tratados como inadequados, pois o mais impróprio é a ignorância.

Falar sobre sexualidade, diversidade sexual é um grande desafio para a sociedade, para pais e escola. Também, não é fácil falar sobre homofobia, pois de um modo geral as pessoas não estão preparadas para debater o assunto ou pelo fato da temática simplesmente ser ignorada. A Homofobia é uma das atitudes mais cruéis que existe na humanidade, humilhar uma pessoa por ser homossexual é algo que não tem explicação, atitudes motivadas pelo ódio de não aceitar a orientação sexual do outro e condenar seu jeito de viver. É inaceitável termos em nossa sociedade pessoas sendo assassinadas apenas por não corresponder ao modelo de sexualidade imposto pela sociedade, o heteronormativo.

Por isso que é importante trabalhar com esses conceitos nas escolas, pois caso os pais não saibam como trabalhar a educação sexual em casa, a escola pode apresentar aos (as) alunos (as) esses assuntos, ampliar os conhecimentos acerca da sexualidade humana e mostrar a eles a importância de respeitar o próximo e não permitir que uma pessoa sofra violência verbal ou física e que jamais uma vida seja interrompida por causa de sua orientação sexual.

Apesar de a homofobia ser uma das causas de mortes no mundo e no Brasil principalmente, os dados mostram que pouco foi feito para que casos de homicídios e também de suicídios sejam reduzidos ou eliminados. O governo precisa se preocupar com esses dados, só no ano de 2019, 141 pessoas da comunidade LGBTQ+ foram assassinadas ou cometeram suicídios, números que podem aumentar caso as autoridades não tomem as providências necessárias, como: incentivar a informação, o respeito, a denúncia e não permitir que a homofobia ganhe destaque e tire mais vidas de pessoas inocentes.

Por mais que a homofobia seja uma triste realidade que assombra a comunidade LGBTQ+, os mesmos podem ter um pouco de esperança em relação a seus direitos, como: casamento, união estável, adoção, reprodução assistida, direito ao nome e a identidade de gênero, direito à educação e à igualdade de condições de acesso e permanência na escola, direito à saúde e à previdência social, Direito ao trabalho, conquistas que duraram anos para se concretizar e hoje é uma realidade. Mas, nem sempre esses direitos são reconhecidos e respeitados, há pessoas que passam por cima da lei e cometem os piores atos contra o ser humano. Porém, uma das grandes conquistas da comunidade é a criminalização da homofobia, mesmo em tempos atuais, com um governo contrário a essa decisão. A

luta pelos direitos humanos nunca deixará de existir e todos tem o direito de gozar de liberdade e viver plenamente a sua sexualidade.

A educação sexual é um dos assuntos que mais gera discussões quando se trata do ambiente escolar, muitos questionam o fato da escola abordar em suas aulas temas voltados para essa questão, quem é contra considera que a instituição não deveria apresentar as crianças e adolescentes temáticas de estudo a respeito da sexualidade. Mas, é extremamente necessário que a educação sexual seja trabalhada e que ganhe cada vez mais espaço.

A família deveria antes da escola ser a base para esses acontecimentos, os pais são a fonte de uma primeira educação para os filhos e não deveriam simplesmente esperar pela escola. É preciso que a escola e família trabalhem juntas e assumam definitivamente papéis ativos na quebra desses tabus, preconceitos e no combate a homofobia. Educação sexual é conhecimento e pode significar proteção.

Dessa forma, a escola não pode se eximir de abordar em seu currículo assuntos voltados para sexualidade, orientação sexual, diversidade sexual e homofobia e, assim, estimular em seus alunos o prazer pelo conhecimento, pelo novo, provocar a curiosidade e mostrar que muitos assuntos não precisam ser tabus na escola, entre professores e alunos e sim a oportunidade para adquirir mais aprendizado e construir relações de respeito e convivência entre todos.

Assim, os Projetos Políticos Pedagógicos (PPP) das escolas devem conter conteúdos voltados para a temática da sexualidade e, também promover a formação de professores (as), para que eles (elas) se sintam seguros e preparados para orientar e discutir esse assunto com seus alunos e alunas. É importante que todos (as) os (as) professores (as), independentemente da disciplina que trabalhe na escola, possa falar a respeito da sexualidade diante das inquietações e dúvidas dos (as) alunos (as).

Nos dias de hoje o (a) professor (a) precisa compreender a importância de ensinar os verdadeiros conhecimentos a seus alunos (as), com aulas dinâmicas e interativas e não ficar presos a modelos rígidos e tradicionais de ensino que traz pouco efeito para aprendizagem das crianças e adolescentes. É de extrema importância que os (as) professores (as) sejam formados para trabalhar adequadamente com seus alunos (as) e disponibilizem a eles (as) conhecimentos disponíveis em documentos, textos, vídeos para que possam construir ideias

próprias, sem equívocos ou interferências, primando sempre o respeito ao ser humano e a convivência com a diversidade sexual.

Contudo, este trabalho é apenas um meio de informar a existência dos conceitos sexualidade, gênero, identidade de gênero, orientação sexual, educação sexual, homofobia e que eles são uma realidade, pois muitas pessoas desconhecem e julgam sem saber. É importante que a educação sexual possa fazer parte do ambiente familiar e escolar, sendo que os grandes beneficiados serão os (as) filhos (as) e alunos (as). Não se pode negar o direito de uma pessoa viver a forma que desejar, é preciso respeitar sua decisão.

Dessa forma, este trabalho tem a intenção de contribuir para que pessoas tenham conhecimento a respeito das temáticas aqui apresentadas e como o papel da escola e dos (as) professores (as) é fundamental nesse processo de aprendizado, pois nem sempre os pais tem esse conhecimento.

Nesse contexto, é importante que a educação sexual nas escolas e no meio familiar se faça sempre presente e não seja um tabu na sociedade, é preciso ensinar as crianças e adolescentes a respeitar o próximo, a não julgar sem conhecer e não discriminar o outro. É importante que essa educação sexual aconteça para que a homofobia seja combatida e os direitos da comunidade LGBTQ+ sejam respeitados, que as pessoas não sejam assassinadas nas ruas ou sofram qualquer tipo de violência. Pais e escola precisam compreender que trabalhar juntas é o caminho mais correto a ser feito, ensinar as crianças e adolescentes o respeito e empatia pelo próximo, a se relacionar de forma harmoniosa com a diversidade sexual e transformar a sociedade em um ambiente sem preconceito e sem discriminação.

REFERÊNCIAS

ABGLT – Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais. **Manual de Comunicação LGBT**. Curitiba: ABGLT, 2010. Disponível em: <<https://unaid.org.br/wp-content/uploads/2015/09/Manual-de-Comunica%C3%A7%C3%A3o-LGBT.pdf>>. Acesso em: 25/09/2010.

ALMEIDA, A. C. C. H., CENTA, M. L. **A família e a educação sexual dos filhos: implicações para a enfermagem**. Acta Paulista de Enfermagem, v. 22, 2009 n. 1, 6p. 2009. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ape/v22n1/a12v22n1.pdf>>. Acesso em: 28/09/2019.

ALMEIDA, D. S. O.; COSTA, R. L.; SILVA, T. M. **Chega de tabu! A sexualidade sem medos e sem cortes**. 2005. Disponível em: <<http://www.unesp.br/prograd/PDFNE2005/artigos/capitulo%201/chegadetabu.pdf>>. Acesso em: 27/09/2019.

ALTMANN, Helena. **Orientação sexual nos parâmetros curriculares nacionais**. Revistas Estudos Feministas, v. 9, n. 2, p. 575-585, 2001. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ref/v9n2/8641.pdf>>. Acesso em: 07/10/2019.

AMARAL, Vera Lúcia do. **Psicologia da educação: Sexualidade**. Natal, RN: EDUFRN, 2007. 208 p.: il. Disponível em: <http://www.ead.uepb.edu.br/arquivos/cursos/Geografia_PAR_UAB/Fasciculos%20-%20Material/Psicologia_Educacao/Psi_Ed_A13_J_GR_2012007.pdf>. Acesso em: 25/09/2019.

ÂNGELIS, Rebeca. **Conheça o significado da sigla LGBTQ**. 2019. Disponível em: <<https://www.uninassau.edu.br/noticias/conheca-o-significado-da-sigla-lgbtq>>. Acesso em: 03/10/2019.

ASSEMBLEIA GERAL DAS NAÇÕES UNIDAS. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. 1948. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/wpcontent/uploads/2018/10/DUDH.pdf>>. Acesso em: 12/11/2019.

BORILLO, Daniel. **Homofobia: História e crítica de um preconceito**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010. Disponível em: <https://www.academia.edu/23736237/BORRILLO_Daniel.Homofobia-Historia_e_cr%C3%ADtica_de_um_preconceito_2010>. Acesso em: 01/11/2019.

BRASIL. Ministério Público Federal. **O Ministério Público e a Igualdade de Direitos para LGBTI: Conceitos e Legislação** / Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão, Ministério Público do Estado do Ceará. – 2. ed., rev. e atual. – Brasília: MPF, 2017. Disponível em: <<http://www.mpf.mp.br/atuacao-tematica/pfdc/midiateca/nossas-publicacoes/o-ministerio-publico-e-a-igualdade-de-direitos-para-lgbti-2017>>. Acesso em: 12/11/2019.

BRASIL. **Constituição** (1988). Constituição da República Federativa do Brasil.

BRASIL. MEC. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Orientação Sexual**. 1997, 39p. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro102.pdf>>. Acesso em: 12/09/2019.

BRASIL. Ministério da Educação. **Caderno Escola sem Homofobia**. Brasília, DF. 2011. Disponível em: <<http://www.acaoeducativa.org.br/fdh/wp-content/uploads/2015/11/kit-gay-escola-sem-homofobia-mec1.pdf>>. Acesso em: 12/11/2019.

BRASIL. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Combate à Discriminação. **Brasil sem homofobia: Programa de Combate à Violência e à Discriminação contra GLTB e Promoção da Cidadania Homossexual**. Brasília, DF. 2004.

BRASIL. Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial, da Juventude e dos Direitos Humanos. Secretaria Especial de Direitos Humanos. **Conteúdo para capacitação: conferências conjuntas de direitos humanos**. Brasília, 2016a. Disponível em: <http://flacso.org.br/files/2016/08/CNDH_cartilha_capacitacao.pdf>. Acesso em: 03/10/2019.

CADERNO Globo 12. **Corpo: artigo indefinido**. São Paulo: Globo Comunicação e Participantes S.A., 2017. Disponível em: <https://globouniversidadeproducao.s3.amazonaws.com/Corpo_Artigo_Indefinido.pdf>. Acesso em: 05/10/2019.

CAMARGOS, Monique Resende. **Educação Sexual: a relação família, escola e aluno**. Monografia (Graduação em Pedagogia) – Faculdade Pará de Minas, 2006, 59p. Disponível em: <http://www.19072017193232MONIQUE_CAMARGOS.pdf>. Acesso em: 30/04/2019.

CHAUÍ, Marilena. **Repressão sexual: essa nossa (des)conhecida**. 12. Edição. São Paulo: Brasiliense, 1991. Disponível em: <<https://docs.google.com/viewer?a=v&pid=sites&srcid=ZGVmYXVsdGRvbWFpbnx0>>

[ZW1wbGFydGVzMTB8Z3g6NWU2ZDZiYzZhYWY5OTAwNQ>](#). Acesso em: 01/11/2019.

OTTO, Isabella. **Você sabe o que significa a sigla LGBTQI+?**. São Paulo. 2019. Disponível em: <https://capricho.abril.com.br/vida-real/voce-sabe-o-que-significa-a-sigla-lgbtqi/>. Acesso em: 16/12/2019.

DIANA, Juliana. **Orientação sexual**. Toda matéria, 2018. Disponível em: <https://www.todamateria.com.br/orientacao-sexual/>. Acesso em: 03/10/2019
Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/educacaoerealidade/article/view/71721/40667>. Acesso em: 22/09/2019.

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade I: a vontade de saber**. Rio de Janeiro, Graal, 13 edição; 1988. Vol.1 177p.

GÊNERO e diversidade na escola: formação de professoras/es em Gênero, Orientação Sexual e Relações Étnico-Raciais. Livro de conteúdo. Versão 2009. – Rio de Janeiro: CEPESC; Brasília: SPM, 2009. Disponível em: http://estatico.cnpq.br/portal/premios/2014/ig/pdf/genero_diversidade_escola_2009.pdf. Acesso em: 05/10/2019.

GONÇALVES, Francisco Cláudio. **Homofobia na escola: desvelando olhares, revelando vozes**. / Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade do Estado do Rio Grande do Norte. Programa de Pós-Graduação em Educação. Francisco Cláudio Gonçalves - Mossoró, RN, 2014. Disponível em: http://www.uern.br/controladepaginas/poseduc-disserta%C3%A7oe-2012/arquivos/3937francisco_claudio_gona%E2%80%A1alves.pdf. Acesso em: 06 mar. 2019.

GONÇALVES, R. C: FALEIRO, J. H.: MALAFAIA, G. **Educação Sexual no Contexto Familiar: Impasses e Desafios**. Holos, 2013. Disponível em: <http://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/viewFile/784/741>. Acesso em: 28/09/2019.

HERMANSON, Marcos. **Relatório registra 420 vítimas fatais de discriminação contra LGBTs no Brasil em 2018**. São Paulo, 2019. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2019/02/08/relatorio-registra-420-vitimas-fatais-de-discriminacao-contralgbts-no-brasil-em-2018/>. Acesso em: 09/11/2019.

JESUS, Beto de et. al. **Diversidade sexual na escola: uma metodologia de trabalho com adolescentes e jovens**./ Beto de Jesus. Ed. Especial, revista e ampliada. – São Paulo: ECOS – Comunicação em sexualidade, 2008. 92 p.

Disponível em:

<<http://www.acaoeducativa.org.br/fdh/wpcontent/uploads/2015/11/Diversidade-Sexual-na-Escola-uma-metodologia-de-trabalho-CORSA-e-ECOS-2008-1.pdf>>.

Acesso em: 05/10/2019.

LOURO, Guacira Lopes et.al. **O corpo educado: Pedagogias da Sexualidade.**

Belo Horizonte, Autêntica, 2.ed. 2000. 127p. Disponível em:

<http://www.clam.org.br/bibliotecadigital/uploads/publicacoes/867_1567_louroguaciraLLopescorpoeducado.pdf>. Acesso em: 27/09/2019.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação. Uma perspectiva pós-estruturalista** / Guacira Lopes Louro - Petrópolis, RJ: Vozes, 1997, 6 edição, 184p.

Disponível em: <<https://bibliotecaonlinedahisfj.files.wordpress.com/2015/03/genero-sexualidade-e-educacao-guacira-lopes-louro.pdf>>. Acesso em: 05/10/2019.

MANTOVANI, Flávia. **Relação homossexual é crime em 70 países, mostra relatório mundial.** São Paulo, 2019. Disponível em:

<<https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2019/03/relacao-homossexual-e-crime-em-70-paises-mostra-relatorio-mundial.shtml>>. Acesso em: 12/11/2019.

MARSHALL CAVENDISH CORPORATION. **Sex and society.** 2010. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?id=YtsxeWE7VD0C&pg=PA593&lpg=PA593&dq=Pansexuality&source=bl&ots=YYqrMAWKKC&sig=ND-SUQUyuN7Bw6e7wv9pBYmRk&hl=en&sa=X&ei=ct9rUPCoKOTO2AWN7oHIAw&redir_esc=y#v=onepage&q=Pansexuality&f=false>. Acesso em: 03/10/2019.

OLGA, Jasmine et. al. **Feminismo.** São Paulo, 2018. Slides. Disponível em:

<http://www.forumpermanente.org/event_pres/cursos-disciplinas/formas-estados-e-processos-da-cultura-na-atualidade/aviso/seminario-feminismo>. Acesso em: 13/10/2019.

OLIVEIRA, Mariana; BÁRBIERI, Luiz Felipe. **STF permite criminalização da homofobia e da transfobia.** Brasília, DF, 2019. Disponível em:

<<https://g1.globo.com/politica/noticia/2019/06/13/stf-permite-criminalizacao-da-homofobia-e-da-transfobia.ghtml>>. Acesso em: 12/11/2019.

REIS, T., org. **Manual de Comunicação LGBTI+.** 2ª edição. Curitiba: Aliança Nacional LGBTI / GayLatino, 2018. Disponível em: <

<http://www.grupodignidade.org.br/wp-content/uploads/2018/05/manual-comunicacao-LGBTI.pdf>>. Acesso em: 25 fev. 2019.

SANTOS, Josivan Rodrigues dos. **Orientação Sexual na Escola: possibilidades e limites.** Monografia (Graduação em Pedagogia/ DAIEF – Docência dos anos Iniciais

do Ensino Fundamental/ Supervisão Educacional) – Universidade Federal do Tocantins, Campus Universitário de Miracema, 2008, 48p.

SANTOS, Vanessa Sardinha dos. **Sexualidade**. Disponível em: <<https://brasilecola.uol.com.br/sexualidade/>> Acesso em: 23/09/2019.

SÃO PAULO. Governo do Estado. Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania. Coordenação de Políticas para a Diversidade Sexual. **Diversidade sexual e cidadania LGBT**. São Paulo: SJDC/SP, 2014. 44p. Disponível em: <http://www.recursoshumanos.sp.gov.br/lgbt/cartilha_diversidade.pdf>. Acesso em: 03/10/2019.

SAYÃO, Rosely. **Saber o sexo? Os problemas da informação sexual e o papel da escola**. In: AQUINO, Julio Groppa (Org.). **Sexualidade na escola: alternativas teóricas e práticas**. São Paulo: Summus, 4ª edição, 1997, p. 97-105.

SAYÃO, Yara. **Orientação sexual na escola: os territórios possíveis e necessários**. In: AQUINO, Julio Groppa (Org.). **Sexualidade na escola: alternativas teóricas e práticas**. São Paulo: Summus, 4ª edição, 1997, p. 107-117.

SCOTT, Joan. **Gênero: uma categoria útil de análise histórica**. Revista Educação & Realidade. Porto Alegre: v. 2, n. 20, p.71-99, Jul/Dez, 1995. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/educacaoerealidade/article/view/71721/40667>>. Acesso em: 22/09/2019.

SOUSA, Viviane; ARCOVERDE, Léo. **Brasil registra uma morte por homofobia a cada 23 horas, aponta entidade LGBT**. São Paulo, 2019. Disponível em: <<https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2019/05/17/brasil-registra-uma-morte-por-homofobia-a-cada-23-horas-aponta-entidade-lgbt.ghtml>>. Acesso em: 09/11/2019.